

Guerra



Divulgação

BP reduz perspectivas de demanda de petróleo

A BP reduziu sua perspectiva de demanda de petróleo e gás no longo prazo, com o argumento de que a guerra da Rússia na Ucrânia acelerará a transição global em direção à energia renovável. Em suas previsões de energia para 2023, a gigante petrolífera do Reino Unido cortou sua previsão de demanda de petróleo em 2035 em 5%, em relação ao ano passado. **PÁGINA 4**

Golden Share

Tarcísio volta a defender privatização da Sabesp

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, voltou a afirmar na segunda-feira, 30, que o modelo de privatização Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), assim como o da Eletrobras, deverá acontecer pela redução da participação nas ações da empresa, mas mantendo o poder de veto das assembleias de acionistas. **PÁGINA 8**

Healthtech

Vendas da MV subiram 50% no ano passado

A MV registrou em 2022 o melhor resultado de vendas da sua história. O recorde é reflexo do crescimento da adoção de tecnologias por parte das organizações e a grandeza do ecossistema de saúde construído pela companhia que dispõe de soluções para todo o setor. **PÁGINA 8**

Conflito direto

Otan está pronta para confronto com a Rússia

O presidente do Comitê Militar da Otan, o almirante Rob Bauer, da Marinha da Holanda, afirmou que a aliança ocidental está preparada para um conflito direto com a Rússia e defendeu que os países-membros mantenham "economia de guerra" em tempos de paz. "O que vemos nos dois lados é um grande uso de munição." **PÁGINA 5**

Governo monta equipe para executar transição energética

Haddad defende plano de transição energética

O ministro afirmou que a agenda de reindustrialização pode acontecer sob bases sustentáveis, já que o Brasil é produtor de energia limpa



Fabio Rodrigues-Pozzebom - Agência Brasil

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na segunda-feira, 30, que o Brasil deveria atuar para fortalecer o Mercosul, de forma a melhorar a capacidade de negociação da região. Ele defendeu que é necessário integrar outros países ao bloco, a exemplo da Bolívia, e propôs que o grupo avance para uma zona de livre comércio entre seus membros. "Quanto mais a gente adensar o bloco, maior vai ser nossa capacidade de negociar bons acordos comerciais com o mundo", disse Haddad, durante reunião da diretoria da Fiesp. O ministro da Fazenda disse ainda aos empresários da indústria paulista que o governo montou uma equipe para executar um plano de transição energética com foco na reindustrialização. Ele citou alto interesse do mundo no gás produzido no Brasil, em meio ao desinvestimento, mundo afora, em refinarias que afetaram as cadeias de produção. **PÁGINA 2**

IMPOSTOS

Josué leva Skaf para reunião com Haddad e reivindica desoneração

O presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva, aproveitou a reunião da diretoria da entidade na segunda-feira para estender a bandeira branca na federação. Ele evitou falar da crise, porém convidou o ex-presidente da Fiesp Paulo Skaf, líder da oposição na entidade, para compor a mesa que recebeu Haddad. **PÁGINA 2**

REAJUSTES

Prates diz que preço de combustível é assunto do governo

PÁGINA 3

ATOS GOLPISTAS

AGU pede à CGU processo disciplinar contra servidores

PÁGINA 6

MEIO AMBIENTE

País receberá 200 milhões de euros para ações sustentáveis

José Cruz - Agência Brasil



O governo alemão anunciou na segunda-feira, 30, um pacote de medidas que poderão ser implantadas nos primeiros 100 dias do governo Lula, no valor de cerca de 200 milhões de euros, para atuações em áreas sustentáveis. A ministra da Alemanha, Svenja Schulze, disse que o governo liberou agora 30 milhões de euros. **PÁGINA 6**

IBOVESPA 112.273,01 ↓ -0,04%

Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
AREZZO CO ON NM	88,11	+6,36%	+5,27
GRUPO NATURA ON NM	13,65	+5,49%	+0,71
PETZ ON NM	6,79	+4,46%	+0,29
KLABIN S/A UNT N2	19,69	+2,87%	+0,55
SUZANO S.A. ON NM	46,28	+2,66%	+1,20

Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
CVC BRASIL ON NM	4,40	-14,40%	-0,74
RAIZEN PN N2	3,250	-4,97%	-0,170
CIELO ON NM	4,98	-4,78%	-0,25
MAGAZ LUIZA ON NM	4,36	-3,75%	-0,17
BRF SA ON NM	7,53	-3,09%	-0,24

Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
VALE ON NM	94,98	-0,36%	-0,34
PETROBRAS PN N2	25,75	+0,51%	+0,13
ITAUUNIBANCO PN N1	24,94	+0,04%	+0,01
BRADESCO PN N1	13,79	+0,51%	+0,07
MAGAZ LUIZA ON NM	4,36	-3,75%	-0,17

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	33.717,09	-0,77%
S&P 500	4.017,77	-1,30%
NASDAQ	11.393,81	-1,96%
DAX 30	15.126,08	-0,16%
FTSE 100	7.784,87	+0,25%
IBEX 35	9.049,30	-0,12%

DÓLAR COMERCIAL			
COMPRA	VENDA		
5,114	5,115	↑	0,06%

PESO			
COMPRA	VENDA		
0,027	0,027	↓	-0,53%

EURO			
COMPRA	VENDA		
5,546	5,548	↓	-0,14%

LIBRA			
COMPRA	VENDA		
6,315	6,318	↓	-0,27%

OURO	
BM&FBOVESPA/GRAMA	COMEX NY/ONÇA
310,01	USD\$ 1.923,17

LIVRE COMÉRCIO

Haddad defende fortalecimento do Mercosul para melhorar negociação

O ministro da Fazenda afirmou que a nova reforma tributária vai replicar as melhores experiências internacionais e a ideia do governo federal é simplesmente copiar o que deu certo no mundo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na segunda-feira, 30, que o Brasil deveria atuar para fortalecer o Mercosul, de forma a melhorar a capacidade de negociação da região. Ele defendeu que é necessário integrar outros países ao bloco, a exemplo da Bolívia, e propôs que o grupo avance para uma zona de livre comércio entre seus membros.

"Quanto mais a gente adensar o bloco, maior vai ser nossa capacidade de negociar bons acordos comerciais com o mundo", disse Haddad, durante reunião da diretoria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Ele acrescentou que mesmo a economia brasileira, grande em comparação aos países da América Latina, é "relativizada" em negociações com países com economias como China e Estados Unidos.

Para o ministro, o acordo comercial com a China negociado pelo presidente do Uruguai, Luis Lacalle Pou, representa "o melhor dos mundos" para o país, que quer ficar no Mercosul e negociar um acordo de livre comércio por fora.

"Na minha opinião, é difícil de conciliar", afirmou Haddad, acrescentando que os países que negociam em bloco - como os membros da União Europeia - não parecem "arrepêndidos".

Antes, o ministro disse que projetos como o que visa levar o gás de xisto da região de Vaca Muerta, na Argentina, ao Brasil devem ser discutidos "sem dogmatismo".

Na semana passada, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, citou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao falar nas possíveis alternativas para financiar o projeto, mas Haddad disse na segunda-feira que a construção do gasoduto pode não precisar de recursos públicos.

O ministro afirmou ainda que a reforma tributária vai replicar as melhores experiências internacionais. "A ideia é copiar o que deu certo no mundo em reforma tributária", declarou o titular da Fazenda.

Aos empresários da indústria paulista, Haddad elogiou o trabalho do secretário extraordinário da reforma tributária, Bernard Appy: "Nunca vi um trabalho tão bem feito."

Cobrado na Fiesp a desonerar a indústria, o ministro considerou não ser pouco a redistribuição da carga de impostos, o que beneficiará os industriais, na reforma.

"Sem resolver a reforma tributária, vejo dificuldade em ver qualquer outra iniciativa dar certo no rumo da reindustrialização. Não vejo, no curto prazo, nada mais impactante do que isso", comentou Haddad.

Ele também ressaltou aos empresários da indústria que o novo governo não reonerou o Imposto sobre Produtos Indus-



Fabio Rodrigues-Pozzebom - Agência Brasil

Haddad: "sem resolver a reforma tributária, vejo dificuldade em ver qualquer outra iniciativa dar certo no rumo da reindustrialização. Não vejo, no curto prazo, nada mais impactante do que isso"

JUROS ALTOS

Josué leva Skaf para reunião na Fiesp com Haddad e reivindica desoneração

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes da Silva, aproveitou a reunião da diretoria da entidade na segunda-feira, 30, para estender a bandeira branca na federação. O herdeiro do grupo Coteminas evitou falar da crise, porém convidou o ex-presidente da Fiesp Paulo Skaf, líder da oposição na entidade, para compor a mesa que recebeu o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na reunião da diretoria.

Na semana passada, os dois selaram um acordo de paz, que encerrou a crise na entidade patronal.

O discurso de abertura de Josué repetiu ao ministro as queixas do setor aos juros altos, "a maior taxa real do mundo", e à pesada carga tributária, que reduz a disponibilidade de recursos para investimentos.

Segundo Josué, a indústria de transformação deixou de ser a locomotiva do PIB brasileiro, condição que

ostentava até a década de 1980, por conta das condições "inóspitas" para o setor, responsável, lembrou ele, por 30% do total de tributos recolhidos no País.

"A estrutura tributária puniu a produção industrial no País", disse o presidente da Fiesp, que cobrou a reforma tributária e o combate a causas dos juros altos como o caminho para a reindustrialização do Brasil.

Josué pediu ao ministro para baixar alíquotas da indústria de transformação na reforma tributária, o que, segundo ele, promoverá crescimento e, como consequência, vai gerar maior arrecadação ao governo.

Dentro das propostas de desoneração da indústria, Josué sugeriu a depreciação imediata de investimento da indústria, permitindo equalização do que ocorre no agronegócio, além da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), antes mesmo da aprovação da reforma tributária.

"Todas as experiências de redução de tributos da indústria de transformação resultaram em aumento da arrecadação", destacou Josué.

Haddad disse que a reforma tributária vai avançar em duas etapas, sendo que a primeira delas evitará mudar as regras do Simples, tendo foco no imposto sobre consumo. "Vamos discutir a reforma tributária em duas etapas. Não queremos mexer com o Simples nessa primeira etapa da reforma tributária. Vamos mexer no imposto sobre consumo sem mexer no Simples", afirmou.

E acrescentou: "Eu imagino que, no segundo semestre, com tudo dando certo no primeiro, poderemos endereçar outros assuntos."

Durante o evento, Haddad disse que a reforma tributária tem o apoio de 27 governadores, citando que as desonerações feitas no passado afetaram profundamente as finanças estaduais.

trializados (IPI), cujas alíquotas tiveram redução no governo anterior. "Poderíamos ter reonerado o IPI e não reoneramos."

Segundo o ministro, havia ambiente para aprovação da reforma tributária já no ano passado, porém o governo anterior falhou na estratégia ao colocar no debate um imposto sobre transações eletrônicas como forma de financiar a desoneração da folha de pagamentos.

"Não houve vontade política de aprovar a reforma tri-

butária. Havia entendimento na Câmara e no Senado de que a reforma estava no caminho certo", disse Haddad.

O ministro criticou também os cortes nos investimentos em ciência e tecnologia do governo anterior. "A ciência brasileira foi muito sacrificada no último período... Precisamos voltar a pensar em investimento em ciência e tecnologia", declarou aos empresários da indústria paulista.

Haddad defendeu maior foco do Sistema S no ensino médio, considerado o maior gar-

galo da educação no País. Lembrou também que, nos governos petistas anteriores, a Petrobras multiplicou por nove os investimentos em ciência e tecnologia.

O ministro da Fazenda disse ainda aos empresários da indústria paulista que o governo montou uma equipe para executar um plano de transição energética com foco na reindustrialização. Ele citou alto interesse do mundo no gás produzido no Brasil, em meio ao desinvestimento, mundo afora, em refinarias que afetaram as

cadeias de produção.

Avaliou que o País está bem posicionado seja na velha matriz energética, seja na nova matriz ou na transição energética. "O Brasil é o país mais bem posicionado para produzir hidrogênio verde, energia eólica e solar."

Haddad afirmou também ser um "entusiasta" da agenda de reindustrialização, que pode acontecer sob bases sustentáveis, já que o Brasil é produtor de energia limpa.

O ministro da Fazenda disse

O ministro da Fazenda disse ainda que se comprometeu em levantar nos próximos 15 dias todas as iniciativas de crédito do Banco Central que estavam paradas no Executivo. A ideia é, até março, encaminhar tudo para a Casa Civil, que na sequência despachará ao Congresso.

"A notícia que recebi é de que várias iniciativas ficaram pelo caminho por questões formais", declarou Haddad. Após participar de reunião na Fiesp, o ministro disse a jornalistas que as medidas vão melhorar o ambiente de negócios no Brasil.

Haddad preferiu não se antecipar sobre o novo arcabouço fiscal, que substituirá o teto de gastos. Segundo ele, o ministério está, neste momento, consultando as pessoas, colhendo estudos internacionais de vários organismos. Posteriormente, a proposta será levada para discussão com os demais ministérios. "Se eu me anticipo, prejudico esse protocolo", afirmou o ministro, ao justificar porque segue evasivo em relação ao tema.

Haddad frisou que todos os interlocutores com quem discute a nova regra reconhecem a necessidade de substituir a atual por uma regra mais crível e sustentável no longo prazo.

ainda que as reformasterão "alta intensidade" no novo governo. Ele afirmou que vê receptividade tanto na Câmara quanto no Senado em relação à agenda do governo. "Não vejo intenção de postergar aquilo que precisa ser discutido", declarou.

Depois de citar as três agendas prioritárias do governo - fiscal, crédito e regulatória -, Haddad considerou ser "natural" a ansiedade em relação aos anúncios do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nessas frentes.

Diário Comercial

Propriedade do Jornal Diário Comercial Ltda.

Filiado à:

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISDIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna LuzDIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.brDIAGRAMAÇÃO: André Mazza • paginacao@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara

IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL
SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comerciaisp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

SOLUÇÃO DUPLA

Prates reconhece que o preço do combustível é assunto do governo

O presidente da Petrobras defendeu uma solução dupla, que passa pela criação de um fundo de estabilização dos preços da gasolina e pelo aumento da capacidade de refino da estatal

O novo presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, afirmou na segunda-feira, 30, que preço de combustíveis é um assunto de governo. Ele falou no workshop mundial do Programa de Aceleração do Empreendedorismo Regional (REAP) do Massachusetts Institute of Technology (MIT), no Rio.

A declaração vem em linha com o que Prates afirmava ainda antes da posse. O tema dos preços dos combustíveis, para ele, não deve ser tratado pela Petrobras, mas pelo governo e suas autarquias, como a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Ainda assim, Prates é defensor de uma solução dupla, que passa pela criação de um fundo de estabilização de preços e pelo aumento da capacidade de refino da estatal.

Questionado por jornalistas, Prates disse que os novos nomes do Conselho de Administração (CA) e de sua diretoria executiva serão conhecidos ainda esta semana. Todos esses nomes terão ainda de passar pelo crivo interno da estatal e do atual CA.

"Há ainda uma outra dúvida, mas, de hoje (segunda) para amanhã (terça), eu devo definir os nomes", afirmou Prates.

Ele disse, ainda, que a diretoria da Transição Energética será construída em um segundo momento, só depois da nomeação dos indicados para a estrutura que já existe, com oito diretorias. "Agora vamos ocupar os espaços que já existem", afirmou o ex-senador.

O nome mais cotado para assumi-la é o do professor e ex-presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Maurício Tolmasquim. Segundo Prates, uma cerimônia de posse só deve acontecer quando todos os nomes foram aprovados pela companhia nas instâncias necessárias.

O novo presidente da Petrobras disse ainda que atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação devem estar "entranhadas" à atividade fim de empresas de energia. Ele afirmou que a Petrobras "está dentro" de iniciativas nesse sentido, capazes de tornar o Rio de Janeiro um hub de inovação em sustentabilidade.

Pela primeira vez no Brasil, o evento do qual Prates participou aconteceu no Museu



Prates: "a diretoria da Transição Energética será construída em um segundo momento, só depois da nomeação"

do Amanhã, no centro do Rio. "Nós estamos dentro de iniciativas de inovação. O Rio tem tudo para ser a capital de energia do Brasil", disse.

Ele acrescentou que a Petrobras tem um enorme desafio na área de inovação dedicada a descarbonizar suas atividades.

Prates fez um breve perfil

do ecossistema de inovação da Petrobras com destaque para o Cempes, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da empresa sediado no Rio, com mais de 10 mil pesquisadores espalhados em mais de 100 laboratórios.

Ele destacou o programa "Petrobras Conexão Futuro", que teria cerca de 60 convên-

nios e cerca de R\$ 140 milhões em investimentos. Esse montante, porém, foi definido por Prates como "microscópico" no universo Petrobras. Com isso, o novo presidente da companhia indica a intenção de escalar investimentos nessa frente.

Prates lembrou que as principais atividades da empresa

ENTRESSAFRA

Litro da gasolina aumentou 0,97% nas bombas do País

O preço médio do litro da gasolina aumentou 0,97% em todo o País em janeiro até o dia 27, para R\$ 5,32, em relação a dezembro do ano passado, mostra o mais recente levantamento do Índice de Preços Ticket Log (IPTL). O período apurado vai de 1º a 27 de janeiro.

"Devemos ficar atentos aos reflexos do último aumento de 7,47% para a gasolina vendida às refinarias, válido desde 25 de janeiro, que deve refletir ainda mais no preço do litro e deixá-lo mais caro", destacou o diretor-geral de Mobilidade da Edrened Brasil, Douglas Pina.

Já o etanol fechou o período a R\$ 4,38, aumento de 1,56% em igual base de comparação. Conforme o IPTL, apesar de ser mais barato, o aumento do etanol vem sendo mais expressivo que o da gasolina.

"Estamos no período de entressafra desse combustível, o que diminui a oferta do produto no mercado e eleva os preços nas usinas, como também nas bombas. Entre fevereiro e março a oferta do produto deve aumentar no mercado e refletir na redução do preço do litro", reitera Pina.

Todas as regiões apresentaram aumento no preço da gasolina, porém, o mais expressivo foi registrado nos postos nordestinos, de 1,27%, onde o insumo passou de R\$ 5,28 para 5,34. Já o menor preço médio para o litro foi identificado nas bombas do Sudeste, a R\$ 5,14. A região Norte mantém a liderança do preço médio mais caro para a gasolina, comercializada a R\$ 5,51, com acréscimo de 1,14%.

No etanol, o Sul assumiu este mês o posto que foi da região Norte em dezembro. Comercializou o combustível pelo preço médio mais alto de todo o País (R\$ 4,60), aumento de 1,39%. Mesmo assim, a maior alta foi verificada nas bombas do Nordeste, 4,68%. Apenas a região Norte registrou recuo no preço do insumo, mas o preço médio mais barato dele foi comercializado no Centro-Oeste, a R\$ 4,02.

Na análise por Estados e o Distrito Federal, Roraima segue em primeiro lugar no ranking da gasolina mais cara do País, vendida a R\$ 6,03. Já o acréscimo mais expressivo ficou com o Ceará, de 7,02%, vendido a R\$ 5,74 neste mês.

A média mais baixa foi registrada na Paraíba, R\$ 4,93, e a maior redução, no Rio Grande do Norte, de 1,73%, que passou de R\$ 5,33 para R\$ 5,24.

Quanto ao etanol comercializado nos Estados, o destaque foi a Bahia, 11,71% mais caro, de R\$ 4,13 para R\$ 4,61. Já a média mais alta foi identificada em Roraima, a R\$ 5,15. Rondônia registrou a redução mais importante para o etanol, de 2,10%, com o litro comercializado a R\$ 4,47.

Como consequência dos frequentes acréscimos no etanol, em janeiro, o combustível se apresentou como a opção mais econômica para apenas no Mato Grosso, que registrou a média mais baixa do País para o litro, de R\$ 3,85.

se desenvolvem na costa do Rio de Janeiro e que, portanto, deve haver esforços relacionados ao estado, para além dos royalties, que definiu como uma indenização a gerações futuras pelo uso de recursos não renováveis. "Estamos trabalhando para os nossos filhos e netos", disse.

Ele defendeu, ainda, parce-

rias com empresas de outros países em nome da inovação, sem o temor de que tomem vantagem do Brasil.

"Precisamos trocar informações sem ser subservientes ou refratários, como se os outros quisessem impor as coisas, como se esse tipo de parceria fosse perigosa", disse Jean Paul Prates.

CASO ISOLADO

Ministro admite que governo não tem uma "saída" para a crise na Americanas

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, afirmou na segunda-feira, 30, que o governo federal não tem uma saída sobre como enfrentar, ao lado dos mais de 40 mil trabalhadores, a situação envolvendo a Lojas Americanas, que revelou há dias um rombo de R\$ 20 bilhões nos seus balanços financeiros. O dirigente da pasta se colocou à disposição para dialogar com a empresa ao lado dos sindicatos para encontrar o "melhor caminho" a ser trilhado.

"Esse é um assunto que ocupa muito. Nós estamos iniciando o governo, trabalhando de forma intensa, e o tema trabalho e emprego é estratégico, importante e faz parte das nossas prioridades", disse Marinho, em encontro na segunda com representantes sindicalistas na sede da Força Sindical, em São Paulo.

O ministro ressaltou que o objetivo do encontro é ouvir as propostas dos líderes e disse que este é um caso que pre-

ocupa muito o governo federal. "Podemos estar à disposição para dialogar junto com a empresa. É claro que é preciso muita sensibilidade nisso".

Ao avaliar o rombo, ele disse que "aparentemente pode ter tido uma irresponsabilidade empresarial" e que isso representa um caso isolado, e não um problema sistêmico.

Marinho afirmou que é fundamental conseguir um caminho de preservar a continuidade da atividade econômica

da Lojas Americanas, independentemente de quem seja o seu controlador.

No encontro, os líderes pediram uma participação mais ativa do Executivo federal no caso das Americanas para construir um acordo para preservar os mais de 40 mil empregos. Eles também defenderam uma mesa de negociação envolvendo governo, sindicatos e empresa.

O ministro afirmou que o caso preocupa a área econômica ao impactar o sis-

tema financeiro brasileiro. No entanto, ele reforçou que o "problema dos bancos não pode ser maior do que o tema trabalho e emprego". Ele destacou que há várias questões jurídicas que podem ser observadas neste caso, mas reforçou que "o enfoque é como preservar empregos, preservar que a empresa continue funcionando".

Sobre a possibilidade de trabalhadores virarem controladores da empresa, como já aconteceu com outras companhias que

entraram em crise, o ministro disse que não sabe se isso seria possível. "É bastante complexo, difícil pensar por aí", avaliou.

"Tem que observar o que aconteceu com as Americanas, seguramente os órgãos fiscalizadores, Comissão de Valores Mobiliários da vida, é preciso observar se não houve fraude nesse processo, aí os órgãos judiciais e de controle têm que debruçar sobre esse assunto para ver qual nível de criminalidade eventualmente possa ter acontecido", disse Marinho.

Questionado se o caso envolvendo a varejista pode levar a discussões sobre eventuais alterações na Lei de Falências e recuperação judicial, ele declinou. "Legislações são aperfeiçoadas a qualquer tempo, mas não me consta nada por enquanto", disse.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

BP reduz perspectiva de demanda de petróleo e gás no longo prazo

A empresa afirmou que o aumento da importância da segurança devido a guerra vai acelerar a transição energética

A BP reduziu sua perspectiva de demanda de petróleo e gás no longo prazo, com o argumento de que a guerra da Rússia na Ucrânia acelerará a transição global em direção à energia renovável, segundo relatório divulgado na segunda-feira, 30.

Em suas previsões de energia para 2023, a gigante petrolífera do Reino Unido cortou sua previsão de demanda de petróleo em 2035 em 5%, em relação ao relatório do ano passado.

Para o gás natural, a redução foi de 6%. Por outro lado, a BP aumentou sua perspectiva de demanda de 2035 para renováveis em 5% e nuclear em 2%, em seu cenário principal, que se baseia nas metas de descarbonização do governo britânico.

"O aumento da importância atribuída à segurança energética, como resultado da guerra entre Rússia e Ucrânia, leva ao longo do tempo a uma mudança de combustíveis fósseis para combustíveis não fósseis produzidos localmente, acelerando a transição energética", disse a BP no documento.

A empresa afirmou também que o impacto se concentra na Ásia e na União Europeia, visto que ambas as regiões dependem fortemente de importações de petróleo e de gás natural.

Os três principais cenários são projetados para explorar a gama de resultados possíveis para o sistema energético global nos próximos 30 anos. Entender essa gama de incertezas ajuda a BP a moldar uma estratégia que seja resiliente às diferentes velocidades e formas pelas quais o sistema de energia pode transitar.

O economista-chefe da BP, Spencer Dale, disse que as políticas e discussões energéticas globais nos últimos anos têm



BP: os eventos do ano passado destacaram a complexidade e a interconexão do sistema energético global

se concentrado na importância de descarbonizar o sistema e na transição para zero líquido. "Os eventos do ano passado serviram como um lembrete para todos nós de que a transição também precisa levar em conta a segurança e a acessibilidade da energia. Qualquer transição energética bem-sucedida e duradoura precisa abordar todos os três elementos do chamado trilema da energia: seguro, acessível e com baixo teor de carbono".

Segundo ele, os eventos do ano passado destacaram a complexidade e a interconexão do sistema energético global. "O maior foco na segurança energética como resultado da guerra Rússia-Ucrânia tem o potencial de acelerar a transição energética, à medida que os países buscam aumentar o acesso à energia produzida internamente, grande parte da qual provavelmente virá de fontes renováveis e outros combustíveis não fósseis. Mas os eventos também mostram como inter-

rupções relativamente pequenas no fornecimento de energia podem levar a graves custos econômicos e sociais, destacando a importância de que a transição para longe dos hidrocarbonetos seja ordenada, de modo que a demanda por hidrocarbonetos caia de acordo com os suprimentos disponíveis".

Dale lembrou que o orçamento de carbono está se esgotando. Apesar do aumento acentuado nas ambições do governo, as emissões de CO2 aumentaram todos os anos desde a COP de Paris em 2015 (barra 2020). Quanto maior o atraso na tomada de medidas decisivas para reduzir as emissões de GEE de forma sustentada, maiores são os prováveis custos econômicos e sociais resultantes.

O apoio do governo à transição energética aumentou ainda mais em vários países, incluindo a aprovação da Lei de Redução da Inflação nos EUA. Mas a escala do desafio da descarbonização sugere que é necessário um maior apoio, incluindo

políticas para facilitar o licenciamento e a aprovação mais rápida de energia e infraestrutura de baixo carbono.

A estrutura da procura de energia altera-se nos três cenários, com a diminuição da importância dos combustíveis fósseis, substituída por uma quota crescente das energias renováveis e pelo aumento da eletrificação. A transição para um mundo de baixo carbono requer uma série de outras fontes e tecnologias de energia, incluindo hidrogênio de baixo carbono, bioenergia moderna e uso e armazenamento de captura de carbono.

A demanda por petróleo diminuiu nas perspectivas, impulsionada pela queda no uso do transporte rodoviário, à medida que a eficiência da frota de veículos melhora e a eletrificação dos veículos rodoviários acelera. Mesmo assim, o petróleo continua a desempenhar um papel importante no sistema energético global pelos próximos 15 a 20 anos em todos os três cenários.

DÍVIDA RECUA

Setor público registrou superávit primário de R\$ 125 bilhões em 2022

O setor público consolidado (Governo Central, Estados, municípios e estatais, com exceção de Petrobras e Eletrobras) fechou no azul pelo segundo ano consecutivo em 2022, informou na segunda-feira, 30, o Banco Central. O superávit primário foi de R\$ 125,994 bilhões, o melhor resultado anual desde 2011 (R\$ 128,710 bilhões), que ainda é o recorde na série histórica iniciada em dezembro de 2001. Em porcentual do Produto Interno Bruto (PIB), o superávit do ano passado é equivalente a 1,28%.

No fim de 2021, o resultado foi superavitário em R\$ 64,727 bilhões, mas as contas consolidadas estão no azul na medição em 12 meses desde novembro de 2021. Até novembro de 2022, o superávit primário consolidado era de R\$ 137,930 bilhões.

O resultado primário reflete a diferença entre receitas e despesas do setor público, antes do pagamento dos juros da dívida pública.

O resultado fiscal positivo em 2022 é composto por superávit de R\$ 54,947 bilhões do Governo Central (Tesouro Nacional, Banco Central e INSS), que representou 0,56% do PIB. Já os governos regionais (Estados e municípios) apresentaram saldo positivo de R\$ 64,924 bilhões (0,66% do PIB) no período.

Enquanto os Estados registraram superávit de R\$ 39,029 bilhões, os municípios apresentaram dado positivo de R\$ 25,895 bilhões no ano passado. As empresas estatais registraram resultado positivo de R\$ 6,163 bilhões.

Em dezembro, o setor público consolidado continuou no campo negativo. Segundo o Banco Central, as contas consolidadas do País tiveram déficit primário de R\$ 11,813 bilhões no último mês de 2022, o pior resultado para o mês desde 2020 (-R\$ 51,837 bilhões), conforme a série histórica iniciada em dezembro de 2001. Em novembro, o déficit primário foi de R\$ 20,089 bilhões. Já

em dezembro de 2021, houve superávit de R\$ 123,19 milhões.

O intervalo do levantamento de resultado deficitário de R\$ 23,700 bilhões a dado superavitário de R\$ 13,200 bilhões.

No mês de dezembro de 2022, o resultado fiscal foi composto por um superávit de R\$ 6,158 bilhões do Governo Central. Já os governos regionais influenciaram o resultado negativamente com R\$ 18,609 bilhões no mês.

Enquanto os Estados registraram um déficit de R\$ 11,352 bilhões, os municípios tiveram resultado negativo de R\$ 7,257 bilhões. As empresas estatais registraram dado superavitário de R\$ 637 milhões.

O setor público consolidado teve um resultado negativo de R\$ 59,007 bilhões com juros em dezembro, após esta rubrica ter encerrado novembro com um gasto de R\$ 50,282 bilhões.

Em 2022, a despesa foi de R\$ 586,427 bilhões, o que representa 5,96% do Produto Interno Bruto (PIB). Esse resultado foi maior do que em 2021, quando o gasto foi de R\$ 448,391 (5,04% do PIB).

Conforme o BC, o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) teve no último mês de 2022 despesas na conta de juros de R\$ 51,161 bilhões. Os governos regionais registraram gastos de R\$ 7,435 bilhões e as empresas estatais, despesas de R\$ 412 milhões.

No ano passado, as despesas de juros do Governo Central foram de R\$ 503,234 bilhões, enquanto os governos regionais gastaram R\$ 78,567 bilhões. O gasto das estatais foi de R\$ 4,625 bilhões em 2022.

A dívida pública brasileira fechou 2022 no menor patamar desde o final de 2016 após apresentar trajetória descendente ao longo de todo o ano. Dados divulgados pelo Banco Central mostram que a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) alcançou R\$ 7,224 trilhões em dezembro do ano passado, o que representa 73,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

Victor Mothé | PRINCIPAIS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA (I)



CONFORME ESPECIFICADO nos artigos das duas últimas semanas, o rendimento contratado para um título de renda fixa depende de condições que variam de papel para papel, de prazo para prazo e de emissor para emissor, dentre outras variáveis, que também podem impactar as taxas de juros do mercado, sendo que, usualmente, os investimentos em renda fixa ofertam remunerações baseadas em alguns indicadores de referência, caracterizando as operações de renda fixa pós-fixadas, com destaque para: (1) a taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia); (2) a taxa do CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro); e (3) a variação do IPCA, que é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; assim como, alternativamente, os investimentos em renda fixa podem

ofertar remunerações prefixadas, tais como, por exemplo, remuneração de 10% ao ano, 12% ao ano ou 14% ao ano. De fato, o modelo de remuneração com base num percentual relacionado com a variação de um indicador é bastante comum nos investimentos de renda fixa, com taxas de remuneração, por exemplo, especificadas como 90% (da variação) do CDI, 100% (da variação) do CDI ou 110% (da variação) do CDI. Outra possibilidade de remuneração pós-fixada para os investimentos de renda fixa, também com base (na variação) do CDI, apresenta, por exemplo, taxas de remuneração especificadas (variação do) CDI mais 2% ao ano, (variação do) CDI mais 4% ao ano ou (variação do) CDI mais 6% ao ano. Em complemento, possibilidade alternativa de remuneração pós-fixada para os investimentos de renda fixa apresenta variação com base no IPCA, por exemplo, com taxas de remuneração especificadas como (variação do) IPCA mais 1% ao ano, (variação do) IPCA mais 3% ao ano ou (variação do) IPCA mais 5% ao ano.

NESTE CONTEXTO, é possível afirmar que existe uma ampla variedade de alternativas de investimento em renda fixa, tanto com relação às formas de remuneração, quanto com relação aos títulos disponíveis no mercado, sendo que o segmento de renda fixa pode, por certo, pode ser considerado a mais relevante categoria de investimento, uma vez que reúne diversos produtos diferentes, com destaque para os seguintes principais tipos de investimento em renda fixa: (1) Títulos Públicos – em

linhas gerais, o investidor que aplica em títulos públicos empresta dinheiro para o governo fazer a máquina pública funcionar. Normalmente, os títulos públicos são considerados os investimentos mais seguros em determinado país, porque são emitidos pela mesma grande entidade – o governo – que imprime o dinheiro do país e que é responsável pela determinação e execução da política monetária e da política fiscal. No Brasil, existem papéis de três tipos principais disponíveis no Tesouro Direto, sistema criado pelo governo brasileiro em 2002, para facilitar as aplicações das pessoas físicas em títulos públicos: (a) os títulos públicos prefixados (Tesouro Prefixado e Tesouro Prefixado com Juros Semestrais); (b) os títulos públicos pós-fixados (Tesouro Selic); e (c) os títulos públicos híbridos, que são atrelados ao índice oficial da inflação (Tesouro IPCA+ e Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais).

OUTRO PRINCIPAL TIPO de investimento em renda fixa é a (2) Caderneta de Poupança – a caderneta de poupança é o investimento mais tradicional do Brasil. Dezenas de milhões de pessoas têm pelo menos algum dinheiro guardado na "caderneta", que segue regras de funcionamento e de rentabilidade estabelecidas pelo governo federal. A remuneração oferecida aos investidores é a mesma em todas as instituições financeiras e independe do valor investido, havendo ainda isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), sendo que, desde 2012, a remuneração varia de acordo com o patamar em que se encontra a taxa Selic.

Para os depósitos realizados a partir do dia 4 de maio de 2012, quando as novas regras de remuneração entraram em vigor, o rendimento da caderneta de poupança passou a ser de 0,50% ao mês mais a variação da TR (taxa referencial), se a taxa Selic estiver acima de 8,50% ao ano. Quando a taxa Selic estiver igual ou abaixo disso, então a rentabilidade da caderneta de poupança será equivalente a 70% da taxa Selic, mais a variação da TR. Os investidores que mantêm depósitos anteriores ao dia 04/05/2012 recebem rendimentos como anteriormente, ou seja, 0,50% ao mês mais a variação da TR.

ASSIM COMO O GOVERNO levanta dinheiro emitindo títulos públicos, os bancos fazem o mesmo lançando Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) no mercado. Portanto, outro principal tipo de investimento em renda fixa é o (3) CDB – os CDBs mais comuns são emitidos na modalidade pós-fixada e oferecem como remuneração um percentual de algum índice de referência de renda fixa – normalmente, a taxa do CDI. Em alguns bancos, esta rentabilidade pode ser tão baixa quanto a da poupança (de 70% do CDI, por exemplo). Mas, para atrair investidores, alguns bancos podem oferecer até mais do que 100% do CDI. Assim como no caso da caderneta de poupança, os CDBs contam com a cobertura do FGC (Fundo Garantidor de Crédito). Por outro lado, os rendimentos dos CDBs são tributados na fonte, de forma exclusiva, pelo IRPF.

ASSIM COMO O GOVERNO levanta

dinheiro emitindo títulos públicos e os bancos fazem o mesmo lançando CDBs, as empresas podem captar recursos financeiros no mercado com a emissão de (4) debêntures – de fato, as debêntures são títulos de crédito emitidos por empresas e negociados no mercado de capitais, representando uma dívida da empresa emissora para com o investidor, de maneira semelhante ao que ocorre com os títulos públicos e os CDBs, mas tendo como emissores entidades distintas ao governo ou aos bancos. Normalmente, os recursos financeiros levantados pelas empresas com as debêntures servem para financiar grandes projetos, como a construção de uma nova fábrica ou um processo de expansão internacional. Por isto, as debêntures costumam ter um vencimento mais longo que outros produtos de renda fixa. Não é raro encontrar debêntures com prazo de vencimento (resgate) de cinco ou até dez anos à frente. As debêntures, assim como os títulos públicos e os CDBs, também podem ter retornos prefixados, pós-fixados ou híbridos. Via de regra, as debêntures são tributadas pela denominada "tabela regressiva" do IRPF, igualmente ao que ocorre com os títulos públicos e os CDBs. Mas há uma exceção: - as debêntures incentivadas, que são emitidas com o objetivo de captar recursos financeiros para a realização de grandes obras de infraestrutura no país, são isentas do IRPF, da mesma forma como ocorre com a caderneta de poupança. Por fim, é importante destacar que as debêntures não são cobertas pelo FGC.

ECONOMIA DE GUERRA

Bauer afirma que Otan está pronta para confronto direto com a Rússia

O almirante defendeu que os países-membros da Otan deveriam manter uma economia de guerra em tempos de paz, para garantir a segurança do bloco

O presidente do Comitê Militar da Otan, o almirante Rob Bauer, da Marinha da Holanda, afirmou que a aliança ocidental está preparada para um conflito direto com a Rússia e defendeu que os países-membros mantenham uma "economia de guerra" em tempos de paz. As afirmações do almirante foram feitas em uma entrevista à emissora portuguesa RTP.

"Depois do início da guerra, fizemos grupos de batalha ao longo do flanco oriental. Tínhamos quatro no norte, nos três Estados bálticos e na Polónia, e reforçamos a presença deles. Os líderes (da Otan), em Madri, decidiram criar mais quatro grupos de batalha, na Eslováquia, Hungria, Romênia e Bulgária, e essencialmente reforçar esses grupos, torná-los um pouco maiores, dar-lhes mais algum apoio bélico, estoques de munição e outras coisas. Creio que isso é uma mensagem importante para os russos, de que a nossa postura mudou e estamos preparados se eles tiverem a ideia de atacar a Otan", respondeu Bauer, ao ser questionado se a organização estaria pronta caso a Rússia avançasse contra o bloco.

A declaração, feita à TV Portuguesa no fim da semana passada, veio a público poucos dias depois de Alemanha e EUA anunciarem o envio de tanques para a Ucrânia - anúncios feitos com cuidado por Berlim e Washington a fim de não escalar as tensões no Leste Europeu. Durante a entrevista, Bauer teve cuidado em classificar o envio dos tanques como uma ajuda defensiva a Kiev.

Na mesma entrevista, o almirante defendeu que os países-membros da Otan deveriam manter uma "economia



Bauer: "o que vemos é um grande uso de munição. Há uma grande destruição, em termos de veículos e há muitas coisas que é necessário adquirir dos dois lados"

de guerra em tempos de paz", para garantir a segurança do bloco no caso de uma futura agressão, considerando ensinamentos aprendidos com o conflito entre russos e ucranianos.

"O que vemos nos dois lados é um grande uso de munição. Há uma grande destruição, em termos de veículos, tanques, aeronaves e há muitas coisas que é necessário adquirir dos dois lados para prosseguir os combates em material e munição. Portanto, o desafio para os dois lados é que as indústrias de defesa no Ocidente e na Rússia têm de aumentar a produção", disse Bauer.

"Basicamente, temos hoje

uma economia de 'apenas o suficiente no momento'. Tudo o que fazemos no Ocidente baseou-se nesta ideia. Ter armamentos não era inteligente, porque era dinheiro morto. E agora vemos que estamos utilizando mais munição do que esperávamos, e é preciso buscar munições em um armazém. Por isso estamos falando de estoques, de coisas que estão lá não porque você necessariamente vai precisar delas, mas uma vez que você precise, será com urgência."

O secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), Jens Stoltenberg, pediu à Coreia do Sul que

forneça apoio militar à Ucrânia, dizendo que o país precisa urgentemente de munição. O governo sul-coreano enviou materiais como máscaras de gás, coletes à prova de balas e suprimentos médicos para a Ucrânia no passado, mas se recusou a fornecer armas letais, citando uma lei que o impede de armar países envolvidos em conflitos.

"No fim das contas, é uma decisão para vocês tomarem, mas direi que vários aliados da Otan que tiveram como política nunca exportar armas para países em um conflito mudaram essa política agora", disse Stoltenberg durante um discurso

na segunda-feira (30) no Instituto Chey de Estudos Avançados, um think tank em Seul. Em sua fala, se referiu a Alemanha, Suécia e Noruega.

Ainda na segunda, Stoltenberg se reuniu com o presidente sul-coreano Yoon Suk Yeol. Após a reunião, Yoon prometeu fornecer apoio contínuo à Ucrânia, sem dizer se Seul consideraria o envio de armas.

Embora não seja membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte, a Coreia do Sul é um aliado próximo dos EUA, e Yoon participou da cúpula da Otan no ano passado em Madri (Espanha). Stoltenberg o convidou para o próximo, em julho.

conflitos.

Para ele, "os níveis de violência que as comunidades sofrem de diversos grupos armados são inimagináveis", mencionando deslocamento, confinamento, violência de gênero e sexual e massacres.

Segundo o Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários, em 2022 cerca de 102 mil pessoas não puderam entrar e sair de suas áreas sem autorização, ficando isoladas, sem acesso a assistência humanitária. Além disso, 82.860 foram deslocados recentemente.

O alto comissário ressaltou a participação das mulheres nas negociações de paz e as desigualdades nas áreas rurais. Desde a pandemia, o Escritório tem visto um aumento constante da violência nas áreas rurais onde a presença do Estado é fraca ou inexistente.

Para ele, a implementação do acordo de 2016 com as Farc-Ep e o desenvolvimento rural são fundamentais.

Türk pediu ao governo mais proteção para defensores de direitos humanos. Em 2022, o escritório verificou 83 casos de massacres e 112 assassinatos de defensores dos direitos humanos na Colômbia.

A política de drogas também foi um dos pontos discutidos com o presidente do país, Gustavo Petro.

O alto-comissário expressou apoio à mudança de uma abordagem principalmente punitiva para uma abordagem mais social e de saúde pública.

PAQUISTÃO

Homem-bomba explode mesquita em quartel e deixa 34 mortos

Uma explosão provocada por um homem-bomba deixou 34 pessoas mortas e mais de 150 feridas na segunda-feira (30) em uma mesquita no quartel-general da polícia em Peshawar, no Noroeste do Paquistão. O incidente, segundo fontes da agência de notícias France Press, ocorreu durante as orações da tarde na cidade, que fica perto da fronteira com o Afeganistão. Parte do teto da mesquita e de seus muros ficaram destruídas, e sobreviventes feridos foram resgatados dos escombros.

"Estou aqui na cena dos fatos, e as atividades de resgate estão em curso", disse o vice-comissário da cidade, Shafiullah Khan. "Mais corpos estão sendo retirados. Neste momento, nossa prioridade é salvar quem está soterrado."

Um jornalista na cena do incidente viu as equipes de resgate transportarem dois corpos sem vida em uma ambulância. Os mortos são em sua maioria policiais, e a expectativa é de que o número de vítimas aumente conforme os trabalhos de resgate avançam.

"As equipes de resgate estão ocupadas com a remoção dos destroços. Quando os destroços forem retirados, então estaremos em uma posição de dizer se foi ou não um ataque suicida", disse Alam Khan, um porta-voz da polícia de Peshawar.

Os responsáveis pelo ataque, disse em nota o primeiro-ministro Shehbaz Sharif, "não têm nada a ver com o Islã". Segundo o premiê, que prometeu uma estratégia compreensiva anti-terror na província de Khyber Pakhtunkhwa, da qual Peshawar é a capital, "os terroristas querem criar medo ao mirar naqueles cujo ofício é proteger o Paquistão".

O centro onde fica a mesquita é uma área de alta segurança, perto dos tribunais, de residências oficiais e da Assembleia Provincial. O complexo inclui também as sedes dos departamentos policiais de contraterrorismo e investigação.

Em março de 2022, um ataque suicida em Peshawar foi reivindicado pelo Estado Islâmico do Khorasan, ou Isis-K, na sigla em inglês, deixando 64 mortos, o mais letal em solo paquistanês desde 2018. O grupo não assumiu a autoria do incidente mais recente.

O Isis-K surgiu em 2014, durante os 20 anos de invasão dos Estados Unidos e de seus aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), que começou nas semanas seguintes aos ataques de 11 de setembro de 2001 nos EUA.

Washington acusava o Taleban, à época à frente de Cabul, de abrigar Osama bin Laden, o chefe da Al-Qaeda e cérebro por trás dos maiores atentados terroristas da História americana. Ele, contudo, só seria morto dez anos depois, em maio de 2011, em Abbottabad, no Paquistão, a cerca de 200 km de Peshawar.

A invasão chegou ao fim com uma retirada caótica em agosto de 2021 que coincidiu com o retorno do Taleban ao poder após uma ofensiva relâmpago, piorando a drástica situação humanitária e econômica deixada pelas duas décadas de ocupação. O Isis-K, contudo, também é inimigo dos Taleban, e faz com frequência ataques terroristas em território afegão.

O Paquistão também enfrenta uma deterioração da situação de segurança desde a mudança no país vizinho. Após vários anos de calma relativa, o país voltou a ver ataques frequentes do ramo paquistanês dos Taleban, o Tehreek-e-Taleban Paquistão (TTP), do Isis-K e de grupos separatistas do Baluchistão, região no Planalto Iraniano que compreende partes do Irã, do Afeganistão e do Paquistão.

JUSTIÇA

Comissário da ONU admite que Venezuela precisará de reforma

Denúncias de detenção arbitrária e tortura, foi o que ouviu o alto comissário de Direitos Humanos da ONU, Volker Türk, após encerrar uma visita oficial da Venezuela. Ele disse que a necessidade de reforma em todo o espectro político e social do país latino-americano é reconhecida por todos.

Falando a jornalistas, em Caracas, Türk afirmou que o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, expressou publicamente sua disposição de trabalhar para melhorar o sistema de justiça. O alto comissário ofereceu apoio de sua equipe.

Segundo o chefe de Direitos Humanos da ONU, esta é uma área fundamental para a reforma. Além de Maduro, Volker Türk também se reuniu com a vice-presidente Delcy Rodríguez, altos funcionários do governo, juristas, membros da oposição, representantes da sociedade civil e de povos indígenas além de vítimas de violações de direitos humanos.

O alto comissário percebeu a necessidade de atores nacionais e internacionais incluindo da ONU em ajudar a Venezuela a ultrapassar as crises. É a chance de começar a "superar as divisões profun-

das e reconstruir o contrato social entre os venezuelanos".

Ele também incentivou as autoridades a assumirem a liderança na construção da confiança com as vítimas e organizações da sociedade civil, para ouvi-los, incluí-los de forma significativa no diálogo e resposta.

Türk contou que ouviu relatos de pessoas detidas e torturadas arbitrariamente, e de familiares mortos em operações de segurança e protestos. Ele citou o drama de uma mulher cuja irmã havia sido detida, estupro e torturada.

Em suas reuniões com o governo da Venezuela, o alto comissário pediu a libertação de todos os detidos arbitrariamente. Ele citou que o pedido parte de seu "apelo global aos governos para que anistiem, perdoem ou simplesmente libertem todos os detidos arbitrariamente por exercerem seus direitos humanos fundamentais".

Türk recebeu promessas de que as denúncias de tortura seriam apuradas "decisivamente, totalmente investigadas e os responsáveis levados à justiça".

Ele instou às autoridades a acabar com a tortura e a ratificar o Protocolo Facultativo à

Convenção contra a Tortura, que visa prevenir o crime e melhorar as condições de detenção.

O chefe de Direitos Humanos da ONU destacou os desafios econômicos e sociais que a Venezuela enfrenta. Ele citou o salário-mínimo e a previdência, e o impacto na vida das pessoas ao restringir seus direitos à alimentação, água, saúde, educação e outros direitos econômicos e sociais.

Para Volker Türk, "embora as raízes da crise econômica da Venezuela sejam anteriores à imposição de sanções econômicas, as sanções setoriais impostas desde agosto de 2017 exacerbaram a crise econômica e prejudicaram os direitos humanos".

O alto comissário reiterou sua recomendação de que os Estados-membros suspendam ou retirem medidas que atentem contra os direitos humanos e que agravam a situação humanitária.

Quanto aos venezuelanos fora do país, Türk disse que incentivou as autoridades a continuar fortalecendo a cooperação com as agências da ONU para garantir um retorno voluntário, seguro e digno para todos.

Ele também compartilhou

HIDROGÊNIO VERDE

País receberá 200 milhões de euros para ações sustentáveis

Marina Silva afirmou que os recursos poderão ser destinados ao Ministério dos Povos Indígenas e para outros projetos ligados ao combate ao desmatamento

O governo alemão anunciou na segunda-feira, 30, um pacote de medidas que poderão ser implantadas nos primeiros 100 dias do governo Lula, no valor de cerca de 200 milhões de euros, para atuações em áreas sustentáveis. A cifra foi anunciada durante entrevista coletiva conjunta entre a ministra do Meio Ambiente e Mudanças do Clima, Marina Silva, e ministra Federal da Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha, Svenja Schulze.

"Para agora, disponibilizaremos 30 milhões de euros", explicou a ministra alemã. Na realidade, tratam-se de 31 milhões de euros no momento de empréstimos entre o KfW, o BNDES alemão, e o Ministério do Meio Ambiente (MMA). Este valor será destinado aos Estados da Amazônia na implementação de ações para maior proteção florestal.

Há previsão também de 80 milhões de euros por meio de crédito com juros mais baixos para o Banco do Brasil, por meio do KfW. Estes recursos serão destinados a agricultores para que possam reflorestar suas terras. O apoio a um fundo garantidor de eficiência energética para pequenas e médias empresas, no valor de 29,5 milhões de euros ao BNDES também está previsto. A quantia deve ser empregada para investimentos privados em eficiência energética.

Faz parte dos pouco mais de 200 milhões de euros um projeto de consultoria para fomento de energias renováveis na indústria e no setor de transportes. O objetivo é auxiliar na descarbonização dessas áreas, no valor de 5,37 milhões de euros para a consultoria a ser prestada pela GIZ com o MMA. Estão previstos ainda 13,1 milhões de euros de empréstimo do KfW para apoio de pequenos agricultores e em ações de reflorestamento.

Por fim, há cerca de 9 milhões de euros que serão voltados a cadeias de abastecimento sustentáveis. Do total, já tinham sido anunciados 35 milhões de euros para o Fundo Amazônia. O fundo é um projeto de referência para a política florestal brasileira, também por meio de financiamento do KfW.

"Agradeço muito esta parceria histórica", comemorou Marina Silva. De acordo com a ministra, os recursos também poderão ser destinados ao Ministério dos Povos Indígenas e para outros projetos que estão sendo prospectados. "Sobretudo vão para ações diretas ao combate ao desmatamento, queimadas e, principalmente, projetos para termos alternativas, como a agricultura sustentável. O Brasil não pode ser penalizado pelos que fazem errado", comentou a ministra.

Marina admitiu que o Brasil está em um momento difícil, com aumento do desmatamento e de queimadas. "É um quadro terrível o que está assolando os indígenas. Temos a possibilidade de reverter a situação, diminuindo a desigualdade, mas com democracia", disse a ministra. "Confiamos na ministra Marina e no presidente Lula para que o Brasil tenha condições de diminuir o desmatamento e apresentar projetos sustentáveis", disse a ministra alemã.

Ela enfatizou que o Brasil poderá ser líder global na área de hidrogênio verde. Svenja está em Brasília, em visita oficial do governo alemão, que conta com a presença do chanceler Olaf



Svenja Schulze e Marina Silva: "confiamos na ministra Marina e no presidente Lula para que o Brasil tenha condições de diminuir o desmatamento"

ASSISTÊNCIA NUTRICIONAL

Governo usará verba em apoio aos yanomami do Fundo Amazônia

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, disse na segunda-feira (30) que o governo federal vai utilizar recursos do Fundo Amazônia em ações emergenciais de combate à crise humanitária vivida por indígenas yanomami em Roraima.

Em coletiva de imprensa na sede da pasta, em Brasília, Marina detalhou que os recursos serão empenhados em ações de segurança para expulsar garimpeiros clandestinos da região onde vivem os yanomami.

"Essas ações emergenciais estão sendo tratadas em vários níveis, que envolvem desde a questão da saúde, o tratamento da grave situação de fome que está assolando essas comunidades, a parte da segurança."

Acompanhada da ministra da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento da Alemanha, Svenja Schulze, Marina acusou o governo Jair Bolsonaro de crimes de lesa-pátria e lesa-humanidade contra comunidades indígenas.

"Não tenho dúvida de que foi uma atitude genocida em relação às populações indígenas brasileiras e de que o governo federal está agindo emergencialmente diante de uma situação difícil, em que temos que recuperar as políticas, as instituições, os equipamentos públicos."

Durante a coletiva, a ministra alemã anunciou a liberação de cerca de 200 milhões de euros a serem empenhados em ações ambientais no Brasil num período de 100 dias.

O aporte total inclui 35 milhões para o Fundo Amazônia e 31 milhões para apoio a estados da Amazônia na implementação do que o governo alemão se refere como "ações ambiciosas" para maior proteção da floresta.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez reunião para tratar de ações emergenciais para proteção e auxílio aos yanomami, povo que vive uma crise sanitária que já resultou na morte de 570 crianças por desnutrição e causas evitáveis, nos últimos quatro anos.

Entre as ações previstas estão a assistência nutricional e de saúde, com alimentos adequados aos hábitos dos indígenas, e a garantia de segurança necessária para que equipes de saúde possam atuar nas aldeias. Outra prioridade é garantir rapidamente o acesso a água potável por meio de poços artesianos ou cisternas e medir a contaminação por mercúrio dos rios e nas pessoas.

A Terra Indígena (TI) Yanomami é a maior do país em extensão territorial e sofre com a invasão de garimpeiros. A contaminação da água pelo mercúrio utilizado no garimpo e o desmata-

mento impacta na segurança e disponibilidade de alimento nas comunidades.

"O presidente determinou que todas essas ações sejam feitas no menor prazo, para estancar a mortandade e auxiliar as famílias yanomami", informou a Presidência, em nota.

Para combater o garimpo ilegal e outras atividades criminosas na região, devem ser adotadas iniciativas que impeçam o transporte aéreo e fluvial que abastece os grupos criminosos.

"As ações também visam impedir o acesso de pessoas não autorizadas pelo poder público à região buscando não apenas impedir atividades ilegais, mas também a disseminação de doenças".

Embora entidades indígenas e órgãos como o Ministério Público Federal (MPF) já denunciem a falta de assistência a essas comunidades há muito tempo, agora, com a posse do presidente Lula, o governo federal está implementando medidas emergenciais para socorrer os yanomami.

A última delas, na segunda-feira, o Ministério da Justiça e Segurança Pública criou um grupo de trabalho que deverá apresentar propostas de ações a serem implementadas pelo governo federal a fim de combater a ação de organizações criminosas em terras indígenas, incluindo o garimpo ilegal.

Scholz.

Schulze falou com a imprensa após um encontro com a ministra do Meio Ambiente e Mudanças do Clima, Marina Silva. A ministra alemã fez estas afirmações após ser questionada sobre como o Brasil poderia ser um fornecedor

de hidrogênio verde em meio ao aumento da necessidade de fontes alternativas, principalmente após a interrupção de gás ao país pela Rússia, em função do conflito com a Ucrânia.

A ministra brasileira disse que o governo Lula trabalha em um acordo de comércio e

abertura de novos mercados, que possa não apenas trazer ganhos financeiros ao País, mas também às comunidades que sobrevivem das florestas. "É importante ter uma perspectiva para estas pessoas", disse.

Marina também comentou que o Brasil está fazendo

um grande esforço para acelerar parcerias e se tornar um grande fornecedor de energia para a Europa. "Não apenas com o potencial de hidrogênio verde, mas também parceria com empresas alemãs, europeias, para que possamos ter mais produção de hidrogênio."

ATOS GOLPISTAS

AGU pede à CGU processo disciplinar contra servidor

A Advocacia-Geral da União e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos pediram à Controladoria-Geral da União a imediata instauração de processo administrativo disciplinar sobre servidores federais que tenham participado dos atos golpistas do dia 8, com avaliação de afastamento cautelar.

O documento aponta 'da evidente periculosidade' dos agentes que teriam participado dos eventos do dia 8 - quando radicais invadiram e depredaram as sedes dos três Poderes - argumentando que eles 'desdenham por completo o regular funcionamento das instituições'.

Além disso, para a AGU e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, os servidores podem 'no exercício de suas atribuições diárias, se utilizar de sistemas e de meios postos à disposição de servidores públicos para embaraçar as investigações'.

A Corregedoria-Geral da União já identificou dois servidores que teriam participado dos atos antidemocráticos, tendo acionado seus órgãos de origem para a devida apuração - no caso o Ministério da Fazenda e Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM). Ainda de acordo com o órgão, um caso ainda está sob análise e outros 13 foram arquivados por motivos como 'aposentadoria, pensionista, estagiários e contratados temporariamente'.

AAGU e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos destacam que a participação de servidores nos atos do dia 8 representa 'diversas infrações disciplinares', entre elas: violação do dever de lealdade para com as instituições; violação de dever de zelo para com a conservação do patrimônio público; violação do dever de manutenção de conduta compatível com a moralidade pública. Além disso, os órgãos destacam que danos ao patrimônio público configuram crime qualificado contra a administração pública.

A Justiça Federal do Distrito Federal determinou também o bloqueio dos bens de 40 pessoas presas em flagrante pela depredação dos prédios dos Três Poderes durante os atos antidemocráticos do dia 8 de janeiro. A decisão AGU. O bloqueio ocorrerá sobre imóveis, veículos e contas bancárias.

Nos pedidos, a AGU argumenta que os participantes dos atos, suspeitos de financiarem os atos ou que depredaram, devem arcar com prejuízo causado ao patrimônio público, estimado em R\$ 18,5 milhões. Na decisão, o juiz federal Francisco Alexandre Ribeiro afirma que a União demonstrou que há "fortes indícios, portanto, de que os referidos réus tenham participado dos atos e das manifestações antidemocráticas que culminaram na invasão e na depredação multitudinária das sedes oficiais dos Três Poderes da República, razão por que é absolutamente plausível a tese da União de que eles concorreram para a consecução dos vultosos danos ao patrimônio público, sendo passíveis, portanto, da bastante responsabilização civil, nos termos dos artigos 186, 927 e 942 do Código Civil".

De acordo com a AGU, até o momento, 92 pessoas e sete empresas já tiveram patrimônio bloqueado por suspeita de financiar ou participar dos ataques, somando R\$ 4,3 milhões.

Na última sexta-feira (27), a AGU propôs uma terceira ação de bloqueio cautelar de bens de 42 investigados. A medida ainda aguarda decisão judicial. Segundo a AGU, a ideia é entrar com diferentes ações cautelares, evitando o acúmulo muito grande de réus em apenas um processo, o que poderia prejudicar o andamento do processo.

CENTRÃO

Ministro de Lula usou o orçamento secreto para beneficiar sua fazenda

A pedido de Juscelino, os recursos foram parar na cidade que tem a irmã dele como prefeita e a empresa contratada pelo município para tocar a obra foi de um “conhecido” de longa data

O ministro das Comunicações do governo Lula, Juscelino Filho, direcionou R\$ 5 milhões do orçamento secreto para asfaltar uma estrada de terra que passa em frente à sua fazenda, em Vitorino Freire (MA). A propriedade também abriga uma pista de pouso para seu avião particular e um heliponto. Faltava uma boa estrada para levar à Fazenda Alegria

A reportagem mapeou o caminho do dinheiro. Todo o percurso liga pessoas da intimidade do ministro. A pedido de Juscelino, os recursos foram parar na cidade que tem a irmã dele como prefeita. A empresa contratada pelo município para tocar a obra é de um “conhecido” de longa data. E o engenheiro da Codevasf que assinou o parecer autorizando o valor orçado para a pavimentação foi indicado por seu grupo político.

Cinco meses após a assinatura do contrato, em julho de 2022, o empresário Eduardo José Barros Costa, conhecido como Eduardo Imperador, foi preso pela Polícia Federal, acusado de pagar propina a servidores federais para obter obras na cidade e de ser sócio oculto da Construservice. O engenheiro da Codevasf, estatal controlada pelo União Brasil, partido do ministro, foi afastado sob suspeita de receber R\$ 250 mil em propina de Imperador. Juscelino admite que ele e o empresário beneficiado com sua emenda secreta são “conhecidos há mais de 20 anos”.

Escolhido pelo presidente



Juscelino Filho direcionou R\$ 5 milhões do orçamento secreto para asfaltar uma estrada de terra que passa em frente à sua fazenda, em Vitorino Freire (MA)

Luiz Inácio Lula da Silva para comandar um dos principais ministérios, com orçamento de R\$ 3 bilhões, Juscelino era um deputado federal do baixo clero até 2022, eleito para o terceiro mandato. Nunca teve influência nas discussões nacionais, muito menos no setor de radiodifusão. Tinha, porém, força no Centrão, o bloco que dá as cartas do poder.

Nos últimos quatro anos, apresentou seis projetos de lei, entre eles o que estabelece o Dia Nacional do Cavalo, animal criado em suas terras.

A proximidade com o grupo

que apoiou o então presidente Jair Bolsonaro em troca do orçamento secreto não só alçou Juscelino à condição daqueles políticos que mais maneiram recursos do esquema como o levou ao primeiro escalão de Lula.

A reportagem conseguiu identificar R\$ 50 milhões. Destes, o deputado despachou R\$ 16 milhões para Vitorino Freire, onde sua família costuma revezar o poder com aliados, desde os anos 1970. Foi nessa época que Vinícius Aurélio Rezende, avô de Juscelino, iniciou a dinastia no muni-

cípio. Juscelino Rezende, pai do ministro, também comandou a prefeitura por dois mandatos. Sua família tem dezenas de fazendas, e ao menos oito foram beneficiadas pela estrada que ele mandou asfaltar com verba pública.

Vitorino Freire é uma cidade pobre, com 31 mil habitantes, no interior do Maranhão, com saneamento básico precário e onde 42% da população não tem calçamento na frente de casa. Metade dos moradores vive com meio salário mínimo. A prioridade do ministro, porém, foi usar o orçamento secreto

para pavimentar a estrada que atende suas propriedades e de sua família.

A obra foi orçada em R\$ 7,5 milhões, dos quais R\$ 5 milhões são para fazer um trecho de 19 km em frente às suas terras e o restante atende 11 ruas em povoados. Juscelino indicou a verba do orçamento secreto para fazer a estrada em 2020, quando era deputado federal. Às vésperas da eleição, no ano passado, mais R\$ 1,5 milhão foi liberado.

Na campanha, Lula disse que o orçamento secreto era o maior esquema de “bandi-

dagem” da República. Então governador do Maranhão, o atual ministro da Justiça, Flávio Dino, classificou a prática como “o momento de maior corrupção da história política”. O Supremo Tribunal Federal (STF) condenou o orçamento secreto e mandou pôr fim à distribuição de recursos sem critérios.

Antes disso, no entanto, a Corte determinou aos deputados e senadores que se beneficiaram do esquema que informassem quanto de verba haviam direcionado. Juscelino, agora ministro de Estado, omitiu as informações do STF. A reportagem encontrou suas digitais na nota de empenho dos R\$ 7,5 milhões.

A empresa Construservice, contratada pela prefeitura para fazer o asfalto, pertence a Eduardo Imperador. Ele chegou a ficar quatro dias preso e foi solto após pagamento de fiança. Na investigação, a Polícia Federal indicou que Imperador usou os nomes de Rodrigo Gomes Casanova Junior e Adilton da Silva Costa como laranjas. Não foi a primeira vez que recursos direcionados pelo ministro foram para a Construservice. O valor totaliza R\$ 9 milhões.

Quando se reelegeu deputado federal, em outubro, Juscelino informou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) patrimônio de R\$ 4,4 milhões. Entre seus bens estão um avião Seneca V no valor de R\$ 550 mil. De 2019 a 2022, pediu reembolso de R\$ 122 mil por combustível de aviação. O Congresso permite esse tipo de despesa, desde que a viagem esteja ligada ao mandato.

TURISMO

Freixo busca parcerias para incrementar o Brasil no exterior

Na primeira reunião com representantes do setor, o presidente da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), Marcelo Freixo, disse na segunda-feira (30) que busca parcerias para recompor o orçamento do órgão para intensificar o turismo internacional no país.

“O Brasil vai gerar desenvolvimento e emprego se tiver capacidade de promoção. O México hoje investe US\$ 240 milhões em promoção e tem no turismo uma fonte muito importante da economia. O Peru, com toda a crise política que atravessa, investe US\$ 50 milhões em promoção. E o Brasil não investe nem US\$ 15 milhões”, disse Freixo, em reunião com o Conselho de Turismo da Associação Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

Entre as propostas para aumentar o orçamento está a regulamentação da Loteria do Turismo. O projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a criar a loteria foi sancionado em setembro do ano passado.

“Falta regulamentar a nova loteria. Já comecei a conversar sobre essa nova loteria com a equipe econômica e com a Casa Civil para que uma parte possa ir para a Embratur. Mas não é a única fonte de recursos. Agente tem um debate sobre um percentual com o Sistema S, parceria com a Apex (Agência de Promoção de Exportações e Investimentos), com o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e com a iniciativa privada”, disse Freixo.

ARTICULAÇÃO

Lula quer ampliar diálogo com movimentos sociais

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve assinar na terça-feira decretos que criam o Conselho de Participação Social e o Sistema de Participação Social Interministerial. O evento está marcado para as 11h, no Palácio do Planalto.

Segundo a Presidência da República, as medidas “inauguram a reabertura do diálogo do governo federal com os movimentos sociais, após anos de desmonte das estruturas de participação popular”. Com isso, o governo quer reafirmar o compromisso de manter a interlocução permanente com os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil na construção de políticas públicas.

O primeiro decreto a ser editado trata da criação do Conselho de Participação Social. Instituído durante a transição, o conselho reuniu, na época, 57 movimentos populares, entidades da sociedade civil, fóruns e espaços de articulação política e social representativos de todo o país, e funcionou como um dos grupos técnicos temáticos na transição.

“O grupo produziu um diagnóstico minucioso sobre o cenário da participação social no país nos últimos anos, e apresentou propostas para a retomada das institucionalidades e dos instrumentos de participação popular na elaboração e no controle de políticas públicas”, informou a Presidência.

Entre as propostas, estava a reformulação da estrutura atual da Secretaria-Geral da Presidência. Agora, as novas funções da pasta estão centradas na coordenação do diálogo com as entidades da sociedade civil, para garantir a participação social na formulação e execução das políticas públicas.

Na transição, também foi destacada a necessidade de que o governo eleito consolidasse ações e estruturas participativas em todos os órgãos da administração direta e indireta, com o objetivo de construir políticas públicas democráticas e mediar conflitos. Dessa forma, o presidente Lula deve criar ainda o Sistema de Participação Social Interministerial, instituindo em cada ministério uma Assessoria de Participação Social e Diversidade. O sistema será coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência.

O governo federal nomeou na segunda-feira 122 militares para atuarem na área de segurança e defesa presidencial. Uma das nomeações foi para o gabinete pessoal do presidente da República, o tenente da FAB Antônio Felipe de Almeida Gonçalves que foi designado assessor especial da Secretaria Extraordinária de Segurança Imediata do Presidente da República do Gabinete Pessoal.

No mesmo ato, foram dispensados da função de assessor técnico militar da Ajudân-

cia de Ordens do Gabinete Pessoal da Presidência da República o 1º tenente do Exército Adriano Alves Teperino e o major da FAB Daniel Lopes de Luccas.

Além disso, foram nomeados pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI) nove militares para o cargo de supervisor na Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial do GSI; 28 militares para o cargo de assistente; 23 militares para o cargo de secretários do Gabinete de Segurança Institucional; e 60 especialistas também para a secretaria de segurança e coordenação presidencial no GSI.

Também foi designado o 2º sargento do Exército João Antonio de Farias Nascimento para o cargo de assistente no Escritório de Representação no Rio e Janeiro da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial do GSI.

O Diário Oficial da União de segunda-feira trouxe ainda a nomeação de Lorena Fonseca de Medeiros Ferreira para a função de diretora de Articulação para Segurança da Secretaria Extraordinária de Segurança Imediata do Presidente da República. Foram também nomeados Ricardo Arreguy Maia para o cargo de assessor especial de Apoio ao Processo Decisório do Gabinete Pessoal do Presidente da República e Cristina Charao Marques, para exercer o cargo de Assessora Especial do Gabinete Pessoal do Presidente da República.

ORÇAMENTO

Gastos da União com educação chegaram a R\$ 84 bilhões em 2022

Os gastos em manutenção e desenvolvimento do ensino realizados pela União em 2022 chegaram a R\$ 84 bilhões, contra R\$ 76,3 bilhões executados em 2021. O valor representa 133,8% do limite mínimo constitucional estabelecido para esse tipo de despesa no ano, de R\$ 68,2 bilhões. Os dados constam do Relatório Resumido de Execução Orçamentária da União (RREO em Foco), de dezembro, divulgado na segunda-feira (30) pelo Tesouro Nacional.

No ano, as despesas executadas com ações e serviços públicos de saúde atingiram R\$ 151,9 bilhões, uma redução de R\$ 27,2 bilhões em relação aos valores aplicados no ano anterior, que somaram R\$ 179,1 bilhões. O montante representa 108,6% do limite mínimo constitucional calculado para o exercício, de R\$ 139,8 bilhões.

“A Constituição Federal estabelece que a União deve aplicar em despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino e ações e serviços públicos de saúde o valor equivalente ao limite mínimo do exercício anterior, corrigido pelo IPCA de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária. Entram nessa conta as despesas liquidadas no exercício e os valores inscritos em restos a pagar não processados”, informou o Tesouro.

Quanto à seguridade social, no ano passado, foi registrado um déficit de R\$ 276,3 bilhões, resultante do recolhimento de receitas de R\$ 1,114 trilhão e despesas de R\$ 1,391 trilhão. O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 270,2 bilhões, enquanto o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS) apresentou resultado negativo de R\$ 50,8 bilhões e o Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas, de R\$ 48 bilhões.

O resultado entre as receitas e as despesas previdenciárias dos servidores do Distrito Federal, custeadas pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), resultou em um déficit de R\$ 6,6 bilhões.

A Receita Corrente Líquida (RCL) totalizou R\$ 1,25 trilhão no ano, o maior resultado observado na série histórica iniciada em 2011. A RCL é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e novas receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais a estados e municípios e algumas contribuições.

Em 2022, as despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida) somaram R\$ 1,77 trilhão, enquanto as receitas de operações de crédito atingiram R\$ 1,7 trilhão.

GOLDEN SHARE

Tarcísio volta a defender privatização da Sabesp, mantendo poder de veto

O governador afirmou que o Estado vai ter um papel relevante na tomada de decisão estratégica, mas vai abrir mão do controle e esse controle tem um valor muito grande para os investidores

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), voltou a afirmar na segunda-feira, 30, que o modelo de privatização Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), assim como o da Eletrobras, deverá acontecer pela redução da participação nas ações da empresa, mas mantendo o poder de veto em das assembleias de acionistas, o chamado "golden share".

"A gente pode até manter uma participação na empresa, estratégica, golden share. Ou seja, a gente vai ter um papel relevante na tomada de decisão estratégica, mas você abre mão do controle. E esse controle tem muito valor", disse o governador durante entrevista à Jovem Pan.

De acordo com ele, o dinheiro atraído pela venda da empresa pode ser usado para ampliar os investimentos no próprio setor. "Esse dinheiro que entra pode ser capturado no setor de saneamento para gente levar saneamento para regiões onde tem sistemas isolados, onde a Sabesp ainda não atua", defendeu.

Tarcísio reforçou que os estudos sobre a venda da companhia ainda serão realizados. Essa é uma das prioridades dos 100 dias de governo.



Tarcísio: "o dinheiro que entra pode ser capturado no setor de saneamento para gente levar saneamento para regiões onde tem sistemas isolados"

O governador também afirmou que uma eventual venda da empresa beneficiará os municípios e reduzirá as tarifas aos cidadãos. "E a outorga gerada também pode ser distribuída em parte com os 375 municípios que são atendidos pela Sabesp, na proporção dos seus atendimentos. Então as prefeituras ganham, os municípios ganham e o cidadão é que ganha no final das contas, porque vai ter um serviço

de mais eficiência, um serviço que vai contar com muito investimento, que vai ser universalizado em um prazo menor e com uma tarifa mais baixa", explicou.

E acrescentou: "A partir do momento em que eu renovo os contratos de concessão que hoje a Sabesp tem, e o maior é com a prefeitura de São Paulo, eu gero também um upside num grande valor e esse valor pode ser integralmente utili-

zado na redução de tarifas."

O governador pediu apoio federal para obras de mobilidade no Estado de São Paulo como o Trem Intercidades, a ligação seca entre Santos e Guarujá e a Linha 2 do Metrô.

O financiamento para a saúde foi abordado pelo governador, que propôs perdão ou renegociação de dívidas de hospitais filantrópicos, como as Santas Casas, com a Caixa Econômica Federal. Tarcísio

de Freitas também destacou a necessidade de revisão da tabela SUS.

O governador sugeriu, ainda, a alteração ou a criação de um limite único de despesa obrigatória anual das receitas dos Estados com saúde e educação com um teto de 37% e não de 25%, como é atualmente.

O governador anunciou ainda que o Governo de São Paulo irá restaurar duas séries de gravuras do artista judeu

Gershon Knispel: uma de ilustrações do poema "A Cruzada das Crianças" e outra de ilustrações do livro "Estrela das cinzas". As peças foram doadas ao Estado e serão expostas ao público após o restauro.

"A Cruzada das Crianças" reúne 24 obras e ilustra o poema do escritor Bertold Brecht, que narra a saga de crianças órfãs fugindo dos horrores da Segunda Guerra Mundial. Knispel recebeu o manuscrito do próprio Brecht em 1957 e publicou os desenhos pela primeira vez em 1962, ganhando o prêmio de livro ilustrado na 7ª Bienal de São Paulo.

Com 18 obras, "Estrela das cinzas" ilustra um trecho do livro de mesmo nome de K. Tsetnik, pseudônimo de Yehiel De-Nur, sobrevivente conhecido como o "Escritor do Holocausto". O escritor propôs ao artista que ilustrasse o livro em 1966 e este encontro marcou profundamente a produção de Knispel sobre o Holocausto.

O processo de restauro das 42 obras vai envolver, entre outras etapas, higienização e desinfecção dos suportes, com desmonte das molduras; tratamento de clareamento; pequenos reparos e reforços nas folhas que apresentavam problemas; e montagem de conservação, presos com papel japonês e cola de amido modificado.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

MV apresentou crescimento de 50% nas vendas no ano passado

Focada em reforçar a importância do cuidado com as pessoas e o futuro da saúde, a MV registrou em 2022 o melhor resultado de vendas da sua história. O recorde é reflexo do crescimento da adoção de tecnologias por parte das organizações e a grandeza do ecossistema de saúde construído pela companhia que dispõe de soluções para todo o setor. De janeiro a dezembro, a MV atingiu o montante de R\$ 190 milhões em vendas, aumento de quase 50%, considerando o mesmo período de 2021. Os bons indicadores já vêm sendo atingidos ano a ano e a meta da healthtech é chegar a R\$ 1 bilhão em receitas até os próximos anos.

De acordo com o Moving The Future - "Panorama do uso do Prontuário Eletrônico do Paciente no Brasil", estudo realizado pela MV sobre tecnologias e tendências que estão impactando a transformação do cenário da saúde, a companhia é responsável pelos sistemas de gestão hospitalar em quase 1/5 dos hospitais do País. Os dados do relatório apontam que dos 1.429 hospitais brasileiros - entre privados, públicos, filantrópicos e Santas Casas de Misericórdia - que usam o HIS (Hospital Information System) da empresa, 89% utilizam o Prontuário Eletrônico do Paciente - PEP MV para oferecer mais qualidade, segurança e assertividade em suas rotinas assistenciais.

Nas tendências da evolu-

ção digital da saúde, a MV vem crescendo exponencialmente desde sua criação. São 35 anos de trajetória, mais 3 mil clientes, 125 mil leitos administrados por suas soluções, mais de R\$ 60 milhões de vidas impactadas pelas tecnologias, além de 214 mil médicos que fazem parte dos 600 mil profissionais que utilizam as soluções MV. Nesse mercado a healthtech atua em 33% do market share de hospitais brasileiros de grande porte e mais 30% do setor de operadoras de planos de saúde do País, sendo que no meio Unimed fornece soluções para 2/3 das operadoras Unimed.

Com o compromisso de fornecer uma base sólida para um atendimento de saúde de qualidade no Brasil, a MV ultrapassa as fronteiras e vem se consolidando no mercado da América Latina, com a expectativa de atingir todos os países até 2025. Atualmente, está presente na República Dominicana, Panamá, Peru, Equador, Guatemala, Uruguai e Argentina.

Para fortalecer seu ecossistema de soluções para a saúde, a MV já realizou mais de uma dezena de aquisições na última década e continua reforçando a presença no segmento da saúde 360. "Procuramos sempre buscar boas oportunidades que possam ajudar a avançar a transformação digital da saúde. Estamos de olho nesse movimento. Cada vez mais opções estão surgindo e, para o cres-



Magnus: "fazemos um esforço diário de criar e oferecer ao mercado os melhores softwares para apoiar a gestão"

cimento do polo tecnológico da saúde do Brasil e na América Latina, isso é muito importante", afirma o CEO da MV, Paulo Magnus.

Na opinião do executivo, a agenda para 2023 deve ser

pautada ainda mais por inovações que tragam segurança e qualidade aos serviços assistenciais. Entre elas, a integração de sistemas, automatização de processos, ampliação da telemedicina, além de fer-

ramentas apoiadas por Inteligência artificial, 5G, Big Data e Analytics, robótica e monitoramento de dados. "A MV oferece ao mercado diversas tecnologias para facilitar a rotina na saúde e a evolução

é guiada pela transformação desse setor. Seguimos atentos nessas tendências".

O futuro aponta para adoção de soluções que auxiliem o cuidado com a saúde e não da doença. Um exemplo é o uso de dispositivos que monitoram os parâmetros de saúde, com administração terapêutica de forma autônoma, ao mesmo tempo que integram o paciente com os cuidadores e a comunidade onde se insere. "Essa conexão atinge proporções ainda maiores para a gestão da saúde, principalmente na hora de facilitar a troca de informações entre médicos e todo o ecossistema do setor, para analisar tudo em tempo real. A integração de dados tem sido um dos grandes desafios do segmento. E isso, invariavelmente, nos leva às discussões sobre a importância da interoperabilidade entre sistemas.", comenta Paulo Magnus.

Considera-se que 2022 foi um ano desafiador para a saúde, mas, de um modo geral, favorável à tecnologia. "Para a sociedade pós-pandemia, a adoção de tecnologia da saúde se tornou indispensável. No entanto, apesar dos avanços, o caminho a ser traçado ainda é longo se considerarmos as evoluções que precisam ser aplicadas pelas instituições. É preciso adotar soluções inovadoras e inteligentes para facilitar o acesso das pessoas a direitos fundamentais".

Antenada nesse cenário, a MV investe anualmente R\$ 60 milhões em pesquisa e desenvolvimento. "Fazemos um esforço diário de criar e oferecer ao mercado os melhores softwares para apoiar a gestão e a assistência da saúde brasileira, contribuindo com instituições ainda mais tecnológicas e uma sociedade mais saudável", afirma o CEO.

continuação

ATG AMERICAS TRADING GROUP S.A.

CNPJ nº 10.828.610/0001-31

Descrição	Taxa	Consolidado			
		2020	Adi- ções	Bai- xas	Vari- ação cambial
Custo					2021
Máquinas e equipamentos	10%	1.345	6	-	1.351
Móveis e utensílios	10%	903	-	-	903
Equipamentos de informática	20%	5.649	159	-	5.808
Benfeitorias	33%	1.407	5	-	1.412
Imobilizado - VCM		162	-	-	162
Imobilizado - ATG LLC		3.292	-	-	3.292
Total do custo		12.758	170	-	13.171
Depreciação					
Máquinas e equipamentos	10%	(945)	(134)	-	(1.079)
Móveis e utensílios	10%	(705)	(83)	-	(788)
Equipamentos de informática	20%	(5.643)	(21)	-	(5.664)
Benfeitorias	33%	(1.406)	(2)	-	(1.408)
Imobilizado - VCM		(162)	-	-	(162)
Imobilizado - ATG LLC		(2.613)	-	-	(2.613)
Total da depreciação		(11.474)	(240)	-	(11.976)
Imobilizado líquido		1.284	(70)	-	1.195

Descrição	Taxa	Consolidado			
		2019	Adi- ções	Bai- xas	Vari- ação cambial
Custo					2020
Máquinas e equipamentos	10%	1.328	17	-	1.345
Móveis e utensílios	10%	903	-	-	903
Equipamentos de informática	20%	5.649	-	-	5.649
Benfeitorias	33%	1.407	-	-	1.407
Imobilizado - VCM		133	-	-	133
Imobilizado - ATG LLC		2.553	-	-	2.553
Total do custo		11.973	17	-	12.758
Depreciação					
Máquinas e equipamentos	10%	(811)	(134)	-	(945)
Móveis e utensílios	10%	(622)	(83)	-	(705)
Equipamentos de informática	20%	(5.636)	(7)	-	(5.643)
Benfeitorias	33%	(1.406)	-	-	(1.406)
Imobilizado - VCM		(133)	-	-	(133)
Imobilizado - ATG LLC		(1.967)	(76)	-	(2.043)
Total da depreciação		(10.575)	(300)	-	(11.474)
Imobilizado líquido		1.398	(283)	-	1.284

Descrição	Taxa	Controladora			
		2020	Adi- ções	Bai- xas	2021
Custo					2021
Software ou programas de informática	20%	6.358	-	-	6.358
Amortização					
Software ou programas de informática	20%	(6.358)	-	-	(6.358)
Intangível líquido		-	-	-	-

Descrição	Taxa	Controladora			
		2019	Adi- ções	Bai- xas	2020
Custo					2020
Software ou programas de informática	20%	6.551	-	(193)	6.358
Amortização					
Software ou programas de informática	20%	(6.331)	(27)	-	(6.358)
Intangível líquido		220	(27)	(193)	-

Descrição	Taxa	Consolidado			
		2020	Adi- ções	Bai- xas	2021
Custo					2021
Software ou programas de informática	20%	40.501	-	-	40.501
Amortização					
Software ou programas de informática	20%	(6.357)	-	-	(6.357)
Intangível líquido		34.144	-	-	34.144

Descrição	Taxa	Consolidado			
		2019	Adi- ções	Bai- xas	2020
Custo					2020
Software ou programas de informática	20%	40.694	-	(193)	40.501
Amortização					
Software ou programas de informática	20%	(6.330)	(27)	-	(6.357)
Intangível líquido		34.364	(27)	(193)	34.144

Descrição	Taxa	Controladora			
		2021	Adi- ções	Bai- xas	2020
Circulante					2021
IRPJ e CSLL a recolher		235	199	235	199
ISS		151	163	151	163
IRRF e PCC 3ºs		26	25	26	26
Parcelamento Extraordinário		426	-	426	-
Parcelamento ISS		332	349	332	349
Parcelamento PIS e COFINS		84	84	84	84
PIS e COFINS		231	229	232	229
Outros impostos		4	-	4	-
Total		1.489	1.049	1.490	1.050

Descrição	Taxa	Controladora			
		2021	Adi- ções	Bai- xas	2020
Parcelamento Extraordinário LP		2.274	-	2.274	-
Parcelamento ISS LP		1.356	1.689	1.356	1.689
Parcelamento PIS e COFINS LP		174	264	174	264
Total		3.804	1.953	3.804	1.953

Em 2020, a Companhia regularizou os débitos de ISS junto à Prefeitura do Rio de Janeiro através de parcelamento dividido em 84 parcelas. Os recolhimentos são realizados mensalmente e a previsão de término é no primeiro semestre de 2027. Em 2020, a Companhia aderiu a um parcelamento de débitos de PIS e COFINS junto à Receita Federal em 60 vezes e o encerramento está previsto para o primeiro semestre de 2025. A Companhia aderiu a um novo parcelamento junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em 2021, cujo débito foi parcelado em 84 vezes e tem previsão de término no primeiro semestre de 2028. As parcelas são recolhidas mensalmente dentro dos vencimentos.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras. Aos Administradores da ATG Americas Trading Group S.A. São Paulo - SP. **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da ATG Americas Trading Group S.A. ("Companhia" ou "ATG"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da ATG Americas Trading Group S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ATG Americas Trading Group S.A. e da ATG Americas Trading Group S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para pequenas e médias empresas). **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase. Liquidez imediata das controladas.** Chamamos atenção à Nota nº 8 referente a posição em 31 de dezembro de 2021 das transações entre Partes relacionadas. Nas empresas devedoras ATS e ACS, foi demonstrado que os saldos do ativo circulante são insuficientes para o pagamento do passivo circulante, indicando que existe incerteza em relação à capacidade dessas partes relacionadas honrarem suas obrigações no curto prazo. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto. **Outros assuntos. Exposição de ex-sócios e executivos da Companhia em investigação criminal.** Em 04 de fevereiro de 2018, os ex-sócios Arthur Pinheiro Machado, Martin Cohen e atual Presidente da Companhia Francisco Gurgel foram alvos de busca e apreensão no âmbito da operação Pausare, da Polícia Federal, que investigava desvios em fundos de pensão. No dia 12 de abril de 2018, Arthur Machado, ex-presidente da Companhia, foi preso preventivamente pela Polícia Federal em ação da Operação Rizoma. Patrícia Iriarte, ex-conselheira da Companhia, também foi presa preventivamente em decorrência da mesma Operação da Polícia Federal. Em decorrência de tais procedimentos criminais houve, na mesma data, bloqueio do saldo existente nas contas da Companhia e suas controladas, contudo, sem prejuízo ao fluxo de caixa futuro. Em sequência aos eventos mencionados acima, no dia 24 de maio de 2018 Arthur Machado renunciou aos cargos de Diretor Presidente e Conselheiro da Companhia e de sua subsidiária ATS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
15. Salários e encargos sociais				
Circulante				
Contribuição sindical	2	2	2	2
FGTS	38	37	38	37
INSS	149	143	151	145
IRRF	128	129	128	129
Parcelamento INSS	222	237	306	322
Provisão de férias	469	493	469	492
Total	1.008	1.041	1.094	1.127
Não Circulante				
Parcelamento INSS LP	396	617	572	879
Total	396	617	572	879

Em 2017, a Companhia regularizou os débitos previdenciários através de parcelamento simplificado dividido em 60 parcelas. Em 2020, a Companhia aderiu a um novo parcelamento previdenciário em 60 vezes. Os recolhimentos ocorrem mensalmente de forma regular e têm previsão de encerramento no segundo semestre de 2022 e no primeiro semestre de 2025, respectivamente. **16. Provisão para contingências:** A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para demandas judiciais. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais, considerou necessária a constituição de provisão para demandas judiciais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 no montante de:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contingência trabalhista	3.728	925	3.728	925
Contingência tributária	15.388	15.874	15.903	16.634
Total	19.116	16.799	19.631	17.599

Perdas possíveis, não provisionadas nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia possuía contingências provenientes de ações de natureza tributária e trabalhista, para as quais não havia provisão constituída, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis pelos seus assessores jurídicos.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ações trabalhistas	265	69	265	69
Ações tributárias	134.033	84.753	135.550	86.429
Total	134.298	84.822	135.815	86.360

17. Patrimônio líquido: 17.1. Capital social. Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 09 de dezembro de 2020 foi aprovada a redução do capital social da Companhia no montante de R\$2.000 (dois milhões de reais) por considero o excesso em relação ao objeto social da Companhia, mediante a restituição ao Fundo, acionista e controlador da Companhia, por meio de desembolsos mensais, no prazo de 180 dias contatos a partir da data da realização da Assembleia, parte de tal montante desembolsado mensalmente para custeio das taxas mensais de gestão do Fundo, reduzindo o capital social de R\$11.303 para R\$9.303 mediante o cancelamento de 59.000 (cinquenta e nove mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2021, o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 109.303 (R\$ 109.303 em 2020), representado por 3.191.306 (três milhões, cento e noventa e uma mil, trezentas e seis) ações nominativas e sem valor nominal (3.191.306 em 2020). **17.2. Reserva legal.** A reserva legal é constituída anualmente, se aplicável, como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **17.3. Demais destinações de resultados.** Do lucro líquido do exercício serão deduzidos: a) os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda; b) parcela de 5% destinada à constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; c) parcela correspondente a reservas para contingências, nos exercícios em que a Assembleia Geral decidir constituir-las; d) parcela não inferior a 25% do lucro líquido destinada ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório, na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e e) o saldo, se houver, após as destinações citadas anteriormente, terá o destino que lhe for dado pela Assembleia Geral. O Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembleia Geral, poderá deliberar o pagamento de juros sobre o capital próprio conforme facultado pela legislação. O período findo em 31 de dezembro de 2021 foi encerrado com lucro, sendo este utilizado para compensar os prejuízos acumulados, não contemplando os acionistas com distribuições de dividendos. **18. Imposto de renda e contribuição social:** Em 2020 e 2021, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram calculados às alíquotas de 15% acrescido do adicional de 10% para o imposto de renda e 9% aplicável à contribuição social. **a) Correntes - controladora e consolidado.** O valor de imposto de renda e contribuição social demonstrado no resultado do exercício apresenta a seguinte reconciliação com o seu valor calculado à alíquota nominal:

Descrição	Controladora e consolidado	
	2021	2020
Lucro antes do I.R. e da contribuição social	7.628	(84.820)
I.R. e contribuição social à taxa nominal (34%)	2.594	(28.839)
(+) Adições despesas não dedutíveis	1.695	32.039
(-) Exclusões ganhos não tributáveis	(646)	(149)
(-) Compensação prejuízo fiscal/ base negativa	(1.093)	(916)
(-) Redução de base do adicional de IRPJ	(24)	(24)
Imposto de renda e contribuição social total	2.526	2.111
	33%	0%

b) Base negativa de Contribuição Social Sobre Lucro Líquido e Imposto de Renda Pessoa Jurídica. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía os seguintes saldos de prejuízo fiscal de IRPJ e base de cálculo negativa de CSLL. Tais saldos serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem prováveis.

Brasil. Em 16 de abril de 2018, Patrícia Iriarte renunciou aos cargos de Conselheira da Companhia e de sua subsidiária ATS Brasil e Francisco Gurgel assumiu o cargo ocupado por Arthur Machado, de Diretor Presidente. Em 28 de novembro de 2019, no contexto da mesma investigação a Companhia e suas controladas sofreram um reforço de bloqueio judicial. Em 15 de janeiro de 2020 a Companhia teve pequena parte dos recursos desbloqueados, mas em 14 de outubro a Companhia teve outro bloqueio judicial. Em julho de 2021, foram distribuídas ações penais, em que ex-sócios e executivos são acusados de envolvimento em crimes supostamente realizados em 2011, com consequente, bloqueio de bens em 30 de julho 2021 para os envolvidos. Os processos estão correlacionados e encontram-se em andamento. Em abril de 2022, foi proferido acórdão determinando a liberação dos valores bloqueados da Companhia provenientes de atividades desempenhadas após a saída do ex-sócio Arthur Machado. Tal desbloqueio ocorreu mediante julgamento de mandado de segurança impetrado pela Companhia e suas subsidiárias no âmbito da operação Rizoma e foi concedido por unanimidade pelos julgadores. A relatora entende que com a renúncia do Sr. Arthur Machado houve rompimento de eventuais vínculos capazes de permitir-se utilizar das empresas para fins criminosos, consignando ainda não haver qualquer indício de que os valores dos bloqueios fossem provenientes dos crimes investigados. Até a data da emissão deste relatório, os referidos eventos não impactaram a capacidade operacional da Companhia e de suas subsidiárias. Todavia, no presente momento, não há como mensurar o impacto adverso no patrimônio das empresas, efetivo ou potencial, dos desdobramentos das mencionadas investigações criminais. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior.** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 18 de agosto de 2021, sem modificações. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para pequenas e médias empresas) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo Fiscal de I.R.Pessoa Jurídica	215.190	218.405	233.968	236.866
Base negativa de CS sobre Lucro Líquido	216.591	219.805	235.369	238.267
19. Despesas gerais e administrativas				
Controladora	2021	2020	2021	2020
Pessoal	(10.314)	(9.329)	(10.477)	(9.483)
Instalações	(1.249)	(1.104)	(1.249)	(1.120)
Tecnologia da Informação	(5.919)	(5.725)	(5.919)	(5.725)
Viagens e Representações	(34)	(102)	(37)	(116)
Serviços Terceirizados	(1.587)	(1.660)	(1.678)	(1.824)
Depreciação e Amortização	(236)	(251)	(303)	(328)
Despesa com arbitragem	-	-	-	(845)
Outras Despesas	(132)	(67)	(132)	31
Total	(19.471)	(18.238)	(19.795)	(19.410)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
20. Outras receitas (despesas) operacionais				
Prov. p/crédito de liquidação duvidosa (Nota 7)	-	(73.090)	-	(76.242)
Reversão/ (Provisão) para contingências	(4.945)	(15.701)	(4.700)	(16.461)
Outras receitas e (despesas)	-	246	-	251
Total	(4.945)	(88.545)	(4.700)	(92.452)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
21. Resultado financeiro				



CONSTRUTORA METROPOLITANA S.A.
CNPJ/MF nº 33.049.503/0001-00
NIRE: 33.3.0006614-4

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE JANEIRO DE 2023. 1. Data, hora e local: Aos 10 (dez) dias do mês de janeiro de 2023, às 10h:00min, na sede da Companhia, na Estrada do Pedregoso, nº 2.605, Distrito Industrial de Campo Grande, Rio de Janeiro/RJ, CEP 23.078-450. **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/1976, tendo em vista a presença do acionista representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Alessandro Carvalho de Miranda; Secretário: Fabricio Paranhos Costa Pereira. **4. Ordem do dia e deliberações:** O acionista, por unanimidade e sem reservas, autoriza a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária na forma de sumário, nos termos do § 1º, do Artigo 130, da Lei nº 6.404/1976, e, por unanimidade de votos, toma a seguinte deliberação: **4.1) Aprovação para a distribuição de dividendos, conforme o Art. 202, da Lei 6.404/1976, de conformidade com o documento do seguinte teor:** Fica neste ato alterado o Estatuto Social da Companhia, em seu Capítulo VI, Art. 13º, inc. v, com a seguinte redação: "Os dividendos poderão ser distribuídos em percentuais estipulados pelo acionista, respeitando as reservas legais e compativelmente com a situação financeira da companhia." **Deliberação:** Com a alteração informada acima, o artigo 13º, Capítulo VI do Estatuto Social passa a ter a seguinte redação: **CAPÍTULO VI - EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESULTADOS. Art. 13º -** Respeitado o disposto no Parágrafo Segundo infra, na destinação do resultado do exercício apurado, observar-se-á o seguinte: (i) do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda; (ii) sobre o lucro remanescente será calculada a importância que for atribuída à participação dos administradores (se houver), observadas as limitações legais; (iii) do lucro apurado conforme art. 191 da Lei 6.404/76, 5% (cinco por cento) serão aplicados compulsoriamente na constituição da reserva legal até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social, observando-se o disposto no art. 193 da Lei nº 6.404/76; (iv) em seguida, proceder-se-ão aos ajustes previstos no art. 202 da Lei nº 6.404/76; (v) os dividendos poderão ser distribuídos em percentuais estipulados pelo acionista, respeitando as reservas legais e compativelmente com a situação financeira da companhia; (vi) o saldo remanescente, após as deduções de que tratam as alíneas acima, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, do qual lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presente. Rio de Janeiro/RJ, 10 de janeiro de 2023. **Alessandro Carvalho de Miranda - Presidente; Fabricio Paranhos Costa Pereira - Secretário. a) Deliberação a alteração e consolidação do Estatuto Social com a nova redação. ESTATUTO SOCIAL ALTERADO E CONSOLIDADO. CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO SOCIAL E PRAZO DE DURAÇÃO. Art. 1º - A CONSTRUTORA METROPOLITANA S.A.** ("Companhia"), é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com duração por prazo indeterminado, regido pelo disposto neste estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") e suas alterações. **Art. 2º -** A Companhia tem sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Estrada do Pedregoso, nº 2.605, Distrito Industrial de Campo Grande, podendo, por deliberação da Diretoria, criar e encerrar filiais, escritórios, depósitos e quaisquer outros estabelecimentos, em qualquer parte do território nacional e, por deliberação da Assembleia Geral, criar e encerrar filiais, escritórios, depósitos e quaisquer outros estabelecimentos no exterior. **Art. 3º -** A Companhia tem por objeto social: a) o planejamento e a execução de projetos e obras em todos os ramos da engenharia e construção, sob qualquer regime de contratação; b) exploração da indústria da construção civil e construção pesada, incluindo, mas não se limitando, a obras de barragens, hidrelétricas, termelétricas, usinas eólicas, solares e nucleares, obras rodoviárias, portuárias, aeroportuárias e ferroviárias; obras de artes especiais, contenção e urbanização; c) execução de obras de irrigação e saneamento, compreendendo água, esgoto e drenagem, inclusive serviços de manutenção e operação de seus sistemas; d) serviços de implantação, manutenção e operação de sistemas em geral, incluindo iluminação pública, estacionamentos e edificações públicas e privadas; e) a execução de obras de construção de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica; f) execução de serviços de limpeza pública compreendidos a coleta, transporte e destinação final de toda classe e tipo de resíduos e demais serviços inerentes e correlatos, inclusive a reciclagem e comercialização de seus produtos; g) projeto, implantação, conservação, manutenção, recuperação e avaliação técnica de áreas de interesse ambiental; h) realização de estudos e projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza no ramo de engenharia consultiva ou de projetos, gerenciamento, inclusive administração e fiscalização; i) realização de serviços de montagem industrial em geral e atividades correlatas; j) a fabricação, industrialização e a comercialização de artefatos e peças pré-moldadas de cimento e de concreto de todo o gênero; k) a execução de serviços de transportes de carga própria ou de terceiros e passageiros, apoio aquaviário e dragagem marítima e fluvial; l) serviços de tecnologia da informação, telecomunicação, segurança eletrônica, monitoramento, inspeção veicular e de cargas, compreendendo desenvolvimento de sistemas operacionais e aplicativos, inclusive comercialização de produtos inerentes; m) a incorporação, compra e venda de bens imóveis; n) a importação, exportação, compra e venda de materiais, peças e equipamentos ligados a obras de construção; o) locação de bens móveis e imóveis de propriedade da empresa; p) a participação, com recursos próprios, em outras sociedades no Brasil ou no exterior, estas quando ligadas aos seus objetivos sociais; q) participação, a critério da Diretoria, em consórcios com empresas congêneres, visando participação associativa em licitações e execução de serviços de engenharia em geral; r) a exploração e execução de serviços e obras públicas em geral, mediante concessão ou parceria público-privada da Administração Pública Direta e Indireta, Federal, Estadual e Municipal. Descrição das atividades: 42.13-8/00 - Obras de urbanização; 42.11-1/01 - Construção de rodovias e ferrovias; 42.21-9/01 - Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica; 42.21-9/02 - Construção de usinas, estações e subestações hidrelétricas, eólicas, nucleares, termelétricas, etc; 43.91-6/00 - Obras de fundações; 42.91-0/00 - Obras portuárias, marítimas e fluviais; 43.19-3/00 - Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente (drenagem); 42.12-0/00 - Construção de obras de artes especiais; 71.11-1/00 - Serviços de arquitetura; 71.12-0/00 - Serviços de engenharia; 42.99-5/99 - Obras de contenção; 42.22-7/02 - Obras de irrigação; 42.22-7/01 - Construção de rede de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação; 42.11-1/02 - Pintura para sinalização em pistas e aeroportos; 43.29-1/04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos; 81.30-3/00 - Atividades paisagísticas; 52.23-1/00 - Estacionamento de veículos; 43.21-5/00 - Instalação e manutenção elétrica; 43.30-4/04 - Serviços de pintura de edifício em geral; 43.12-6/00 - Perfurações e sondagens; 43.13-4/00 - Obras de terraplenagem; 42.21-9/02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica; 42.21-9/03 - Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica; 38.11-4/00 - Coleta de resíduos não perigosos; 38.21-2/00 - Coleta de resíduos perigosos; 38.22-0/00 - Tratamento de disposição de resíduos perigosos; 49.30-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; 49.30-2/03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos; 81.29-0/00 - Atividades de limpeza, não especificadas anteriormente; 38.39-4/99 - Recuperação de materiais não especificados anteriormente; 43.30-4/01 - Impermeabilização em obras de engenharia civil; 71.19-7/03 - Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia; 41.20-4/00 - Construção de edifícios; 43.22-3/01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás; 43.99-1/01 - Administração de obras; 09.90-4/03 - Atividades de apoio à extração de minerais não metálicos; 71.19-7/02 - Atividades de estudos geológicos; 19.21-7/00 - Fabricação de produto do refino de petróleo; 42.92-8/02 - Obras de montagem industrial; 33.21-0/00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais; 42.92-8/01 - Montagem de estruturas metálicas; 23.30-3/02 - Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção; 23.30-3/01 - Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série ou sob encomenda; 49.29-9/02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento intermunicipal, interestadual e internacional; 52.12-5/00 - Carga e descarga; 52.31-1/02 - Atividades de operador portuário; 52.39-7/99 - Atividades auxiliares dos transportes aquaviário, não especificadas anteriormente; 62.09-1/00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; 80.20-0/01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico; 33.12-1/02 - Atividades de manutenção e reparação de equipamentos transmissores de comunicação; 61.90-6/99 - Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente; 42.21-9/04 - Construção de estações e redes de telecomunicações; 71.20-1/00 - Testes e análises técnicas; 41.10-7/00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários; 30.11-3/02 - Construção de embarcações para uso comercial e usos especiais, exceto de grande porte; 33.17-1/01 - Manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes; 30.11-3/01 - Construção de embarcações de grande porte; 46.13-3/00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens; 46.73-7/00 - Comércio atacadista de material elétrico; 46.79-6/99 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral; 68.10-2/01 - Compra e venda de imóveis próprios; 38.10-2/03 - Loteamento de imóveis próprios; 68.10-2/02 - Aluguel de imóveis próprios; 43.99-1/04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras; 77.32-2/01 - Aluguel de máquinas e equipamentos sem operador;

77.32-2/02 - Aluguel de andaimes; 64.62-0/00 - Holding de instituições não financeiras; 64.63-8/00 - Outras sociedades de participação, exceto holding; 91.02-3/02 - Restauração e conservação de lugares e prédios históricos; 49.11-6/00 - Transporte ferroviário de cargas; 52.22-2/00 - Atividades de terminais ferroviários de carga e outras atividades auxiliares; 49.30-2/01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal; 36.00-6/02 - Distribuição de água por caminhões; 52.50-8/03 - Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo. **Parágrafo Único:** As atividades que compreendem o objeto social da Companhia, poderão ser desenvolvidas pela Companhia no Brasil e no exterior. **CAPÍTULO II - DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES. Art. 4º -** O Capital Social é de R\$ 74.729.279,00 (setenta e quatro milhões, setecentos e vinte e nove mil e duzentos e setenta e nove reais), dividido em 600.000 (seiscentos mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas. **Parágrafo Primeiro:** No caso de aumento de capital, o acionista terá o prazo de 30 (trinta) dias para exercer o direito de preferência, sendo que o mesmo pode ceder o seu direito de preferência. **Parágrafo Segundo:** As futuras transferências de ações poderão também ser formalizadas apenas no Livro de Transferência de Ações Nominativas, livro este que ficará na sede da empresa. A empresa poderá emitir certidão dos assentamentos nos livros de Registro de ações nominativas e Transferência de ações nominativas, nos termos do parágrafo 1 do art. 100 da Lei 6.404/76, ou emitir Ata apresentando a composição acionária da sociedade em determinada data. **Parágrafo Terceiro:** Em caso de transferência de ações, o acionista deverá expressamente comunicar o fato à Diretoria, apresentando as condições da negociação para que os demais acionistas possam exercer o direito de preferência dentro do prazo de 30 (trinta) dias. Tal limitação de circulação somente se aplicará ao acionista que assim concordar, mediante averbação no livro de Registro de Ações Nominativas, conforme dispões o parágrafo único do art. 36 da Lei 6.404/76. **Art. 5º -** Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Art. 6º -** Poderão ser emitidas cauteladas com valores múltiplos de ações, as quais serão obrigatoriamente assinadas por dois diretores. **Art. 7º -** A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas" da Companhia. As transferências de ações serão feitas com registro no livro de "Registro de Transferência de Ações Nominativas" da Companhia. **CAPÍTULO III - ASSEMBLÉIAS GERAIS. Art. 8º -** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei nº 6.404/76 e, extraordinariamente, sempre que o interesse social, este Estatuto Social e/ou a lei exigirem. **Parágrafo Primeiro:** A Assembleia Geral será convocada pelo Diretor ou pelas pessoas indicadas de acordo com o artigo 123 da Lei nº 6.404/76. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Parágrafo Segundo:** As Assembleias Gerais poderão ser presenciais, digitais ou semipresenciais, observadas as disposições legais aplicáveis. **Parágrafo Terceiro:** O Acionista poderá ser representado nas Assembleias Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. **Parágrafo Quarto:** A Assembleia Geral terá seus trabalhos dirigidos por mesa composta por Presidente e Secretário escolhidos pela maioria dentre os acionistas presentes. **Parágrafo Quinto:** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco, exceto nos casos em que a lei ou o presente Estatuto Social exigirem quórum superior. **Parágrafo Sexto:** As atas das Assembleias poderão ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas, observado o disposto no §1º do artigo 130 da Lei 6.404/76. **CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA. Art. 9º -** A administração da Companhia será exercida por uma Diretoria, composta por 02 (dois) Diretores, sendo 1 (um) Diretor Presidente e 1 (um) Diretor Administrativo Financeiro, residentes ou não no País, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, a qualquer momento, com mandato pelo prazo de 3 (três) anos, sendo permitidas sucessivas reeleições, e com os honorários fixados pela Assembleia Geral. **Parágrafo Primeiro:** Observadas as prescrições legais e regulamentares aplicáveis, a investidura do cargo de Conselheiro ou Diretor far-se-á por termo lavrado e assinado no livro de "Atas de Reunião" do Conselho ou da Diretoria. **Parágrafo Segundo:** Mesmo quando vencidos os respectivos mandatos, os Conselheiros e Diretores continuarão no exercício do seu cargo até a posse dos novos eleitos. **Parágrafo Terceiro:** Em caso de renúncia ou impedimento permanente de qualquer membro do Conselho de Administração durante o prazo de gestão para o qual ele foi eleito, deverá ser convocada uma Assembleia Geral, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da ciência do fato, para eleger o substituto, que completará o prazo de gestão em curso. **Art. 10º -** A Companhia será representada, ativa e passivamente, (i) pelo Diretor Presidente, isoladamente, ou (ii) pelo Diretor Administrativo Financeiro em conjunto com 1 (um) procurador constituído na forma do Parágrafo Primeiro abaixo, ou (iii) por 2 (dois) procuradores, em conjunto, constituídos na forma do Parágrafo Primeiro abaixo. **Parágrafo Primeiro:** As procurações serão outorgadas em nome da Companhia pela assinatura do Diretor Presidente, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção das procurações para fins judiciais, serão válidas por no máximo 1 (um) ano. **Parágrafo Segundo:** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos do Diretor ou procuradores que envolverem em obrigações relativas a negócios e/ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros. **CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL. Art. 11º -** O Conselho Fiscal, que não terá funcionamento permanente, será instalado a pedido dos acionistas, nos termos do artigo 161 da Lei nº 6.404/76, sendo composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, acionistas ou não, residente no país, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo permitida a sua reeleição. **Parágrafo Primeiro:** O Conselho Fiscal terá os direitos e deveres fixados em lei. **Parágrafo Segundo:** O Conselho Fiscal terá seus honorários fixados pela Assembleia Geral de Acionistas que o eleger, observado o disposto na Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Terceiro:** Os suplentes substituirão os membros efetivos segundo a ordem de nomeação. **CAPÍTULO VI - EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESULTADO. Art. 12º -** O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se no dia 31 de dezembro de cada ano. **Parágrafo Primeiro:** O Balanço Patrimonial poderá ser levantado geral ou de forma intermediária, de acordo com a necessidade da Companhia. **Parágrafo Segundo:** Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em lei e a proposta de destinação do lucro líquido a ser apresentada à Assembleia Geral. **Art. 13º -** Respeitado o disposto no Parágrafo Segundo infra, na destinação do resultado do exercício apurado, observar-se-á o seguinte: (i) do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda; (ii) sobre o lucro remanescente será calculada a importância que for atribuída à participação dos administradores (se houver), observadas as limitações legais; (iii) do lucro líquido apurado conforme art. 191 da Lei 6.404/76, 5% (cinco por cento) serão aplicados compulsoriamente na constituição da reserva legal até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social, observando-se o disposto no art. 193 da Lei nº 6.404/76; (iv) em seguida, proceder-se-ão aos ajustes previstos no art. 202 da Lei nº 6.404/76; (v) os dividendos poderão ser distribuídos em percentuais estipulados pelo acionista, respeitando as reservas legais e compativelmente com a situação financeira da companhia; e (vi) o saldo remanescente, após as deduções de que tratam as alíneas acima, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral. **Parágrafo Primeiro:** O dividendo mencionado na alínea (v) do caput deste artigo não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria informar à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. **Parágrafo Segundo:** Nos exercícios em que a receita bruta anual da Companhia for de até R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais), a destinação do resultado do exercício apurado poderá ser estabelecida livremente pela Assembleia Geral, hipótese em que não se aplicará o disposto no Art. 202 da Lei nº 6.404/76 e, conseqüentemente, o disposto no caput do presente Art. 14, observadas as disposições legais. **Parágrafo Terceiro:** A Companhia poderá levantar balanços intermediários, inclusive mensais, e, mediante deliberação da Assembleia Geral (i) distribuir dividendos intermediários à conta do lucro apurado em tais balanços, observadas as disposições legais; e (ii) distribuir dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes na última demonstração financeira anual ou trimestral. **Art. 14º -** Os dividendos declarados serão pagos nos prazos legais, somente incidindo correção monetária e/ou juros mediante expressa determinação da Assembleia Geral e, se não reclamados no prazo de 3 (três) anos contados da deliberação que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. **CAPÍTULO VII - DA LIQUIDAÇÃO. Art. 15º -** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, especialmente convocada para este fim. **Parágrafo Único:** Compete à Assembleia Geral de Acionistas estabelecer o modo de liquidação e eleger o Conselho Fiscal, que deverá funcionar de modo permanente no período de liquidação. **Art. 16º -** No caso de dissolução da Companhia, o acionista nomeará um liquidante em Assembleia Geral e deliberarão sobre as condições da dissolução. **CAPÍTULO VIII - DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS. Art. 17º -** Fica eleito o foro central da Comarca da Capital da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente Estatuto Social, bem como quaisquer controvérsias entre acionistas ou entre acionistas e a Companhia, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Rio de Janeiro/RJ, 10 de janeiro de 2023. **ASPEN ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA - Acionista; Alessandro Carvalho de Miranda - Presidente. Fabricio Paranhos Costa Pereira - Secretário. JUCERJA nº 5282664 em 26/01/2023.**

SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A. - CNPJ/ME nº 01.704.513/0001-46 - NIRE 3330027743-9. ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2022. Data, Hora e Local: Em 29 de novembro de 2022, às 13h, por meio de videoconferência. **Presença:** Totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Patrick de Larragoiti Lucas; Secretária: Fernanda Bezerra. **Ordem do Dia:** I. Aprovar a eleição, para o mandato em curso que terminará em data coincidente com a Assembleia Geral Ordinária de 2023, da Sra. **Fernanda Ramos Dantas**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade nº 206.720 (OAB/SP), inscrita no CPF/ME sob o nº 290.242.528-73, residente e domiciliada em Valinhos - SP, com endereço profissional na Rua dos Pinheiros, nº 1.673, São Paulo - SP, para o cargo de Diretor aprovada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP por meio da Carta Homologatória Eletrônica nº 244/2022/CGRAJ/DIR1/SUSEP (Processo Susep nº 15414.630861/2022-46). A Diretora ora eleita declara estar desimpedida na forma da lei para o exercício do respectivo cargo e preencher as condições previstas na Resolução CNSP nº 422/2021, tendo apresentado as respectivas declarações, as quais foram devidamente arquivadas na sede da Companhia. II. Designar a Diretora **Fernanda Ramos Dantas** para assumir as funções regulatórias de (i) responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613/1998 e na Circular Susep nº 612/2020, (ii) responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes e (iii) responsável pelo zelo e cumprimento da Política de Conduta no Relacionamento com o Cliente, nos termos da Resolução CNSP nº 382/2020. III. Consignar, em razão das deliberações acima aprovadas e na forma da Resolução CNSP nº 422/2021, os cargos e funções dos membros da diretoria da Companhia, sendo: (i) **Diretor Presidente: Ricardo Bottas Dourado dos Santos**, (responsável pelos controles internos previstos na Resolução CNSP 416/2021); (ii) **Vice-Presidente: Igohr Schultz** (responsável pela área de tecnologia da informação), (Marcelo Pimentel Mello, Patrícia Quirico Coimbra, e Reinaldo Amorim Lopes (responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade e responsável pelas relações com a SUSEP); e (iii) **Diretores sem designação especial: Alessandra Maia Maranhão Basile** (responsável administrativo-financeiro), Alessandro Vicente Cogliatti (responsável pelo cumprimento das disposições previstas na Resolução CNSP nº 383/2020), **Fernanda Ramos Dantas** (responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613/1998 e na Circular Susep nº 612/2020), responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes e responsável pelo zelo e cumprimento da Política de Conduta no Relacionamento com o Cliente, nos termos da Resolução CNSP nº 382/2020), **Gustavo Kohn Giometti, Luciano Macedo de Lima, Marcelo Suman Mascaretti, Simone Cesena Duarte, Solange Zaquem Thompson Motta e Victor Bernardes** (responsável pela gestão da área técnica, responsável pelo registro de apólices e endossos em contas específicas, responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados e responsável pelo compartilhamento padronizado de dados e serviços de que trata a Resolução CNSP nº 415/2021). IV. Consignar que a remuneração global e anual dos administradores foi fixada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 30.03.2022. V. Consignar, em atendimento à Resolução CNSP nº 445/2022, que a Sra. **Carla Aparecida Deveccchi** é ouvidora da Companhia. **Deliberações:** Discutidas as matérias, foram as mesmas aprovadas pela unanimidade dos Conselheiros, sem quaisquer emendas ou ressalvas. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos. Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2022. **Assinaturas:** Patrick de Larragoiti Lucas, Presidente; Carlos Infante Santos de Castro, Jorge Augusto Hirs Saab e Pierre Claude Perrenoud, Conselheiros; Fernanda Bezerra, Secretária da Reunião. JUCERJA nº 00005289347 em 30/01/2023. Secretário Geral - Jorge Paulo Magdaleno Filho.

GARLIAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.
CNPJ nº 37.178.485/0001-18 - NIRE 33.3.0033444-1
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2022

1. Data, Hora e Local: Realizada em 23 de junho de 2022, às 10h00, na sede social da Garliava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A., na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Lavradio, nº 71, sala 201/801, Centro, CEP 20.230-070 ("Companhia"). **2. Convocação e Presenças:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da única acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme o disposto no artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), e de acordo com as assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira - Presidente da Assembleia; e Nathalia Pereira Leite - Secretária da Assembleia. **4. Ordem do Dia:** Apreciar e deliberar sobre: (i) o recebimento da renúncia do Diretor sem designação específica da Companhia; e (ii) a eleição do Diretor de Finanças, bem como a consolidação da composição da Diretoria da Companhia. **5. Deliberações:** Após exame das matérias constantes da ordem do dia, a acionista da Companhia aprovou, sem quaisquer ressalvas: **5.1.** O recebimento, pela Companhia, do pedido de renúncia do Sr. **Ricardo Guillermo Hobbs**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade nº 125156588, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 202.791.548-60, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 1376, CEP 04571-936, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ao cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, conforme termo de renúncia apresentado e ora anexado à presente ata como seu Anexo I. **5.2.** Em razão da autorização de concomitância para exercício de cargos estatutários, emitida pela Coordenação Geral de Imigração Laboral, eleger o Sr. **David Melcon Sanchez Friera**, espanhol, casado, economista e administrador de empresas, portador do RNM nº G2407375, inscrito no CPF sob o nº 238.558.708-45, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 1376, CEP 04571-936, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, para o cargo de Diretor de Finanças da Companhia, para um mandato que se inicia na presente data e deverá se estender pelo prazo remanescente do mandato do membro ora renunciante, ou seja, até 20 de abril de 2025. **5.3.** O Diretor de Finanças ora eleito toma posse em seu cargo mediante assinatura do respectivo termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, por meio do qual declara, nos termos da Lei, que não se encontra incurso em nenhum dos impedimentos previstos no artigo 147, parágrafos 1º e 2º da Lei das S.A., que o impeça de exercer as atividades inerentes ao respectivo cargo, cuja cópia segue anexa a esta ata como seu Anexo II. **5.4.** Desta forma, a Diretoria da Companhia passa a ter a seguinte composição: (i) Diretor Presidente: **Christian Mauad Gebara**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade nº 15.548.716-4, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 203.838.628-50; (ii) Diretor de Finanças: **David Melcon Sanchez Friera**, espanhol, casado, economista e administrador de empresas, portador do RNM nº G2407375, inscrito no CPF sob o nº 238.558.708-45; e (iii) Secretário Geral e Diretor Jurídico: **Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade profissional OAB/RS nº 45.479, inscrito no CPF sob o nº 711.936.930-04, todos com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 1376, CEP 04571-936, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo e com mandato até 20 de abril de 2025. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei das S.A., a qual, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. Certifico que a presente ata é cópia fiel da ata da Assembleia Geral Extraordinária da Garliava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A., realizada em 23 de junho de 2022, lavrada em livro próprio e registrada perante a Junta Comercial do Rio de Janeiro sob o nº 0000497276 de 01/07/2022. Rio de Janeiro, 23 de junho de 2022. **Mesa: Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira - Presidente da Assembleia, Nathalia Pereira Leite - Secretária da Assembleia. Acionista: Telefônica Brasil S.A. - Por: Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira - Secretário-Geral e Diretor Jurídico.**

Comunica que, de acordo com item II, § 1º, art. 4º da Medida Provisória nº 1.157, de 01/10/2023 e, conforme previsto nos Contratos de Concessão assinados com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, as tarifas de gás veicular - GNV serão atualizadas a partir de 01.03.23, conforme tabela abaixo:

Estrutura Tarifária		CEG	CEG RIO	
Tipo de Gás/Consumidor	Faixa de Consumo m³/mês	Tarifa Limite R\$ m³/mês	Tarifa Limite R\$ m³/mês	
Gás Natural		Vigência a partir de: 01/03/2023	Vigência a partir de: 01/01/2023	
	GNV	faixa única	3.5930	3.5077
	GNV Transporte Público	faixa única	3.5930	3.5077

Diário Comercial
a certeza do melhor
custo-benefício
e agilidade
no atendimento.

www.diariocomercial.com.br



Diário Comercial

Atas Comunicados
Avisos Editais
Balanços Fatos Relevantes

SEM FRAUDES

Detran-RJ começa a emitir a nova Carteira de Identidade Nacional

Inicialmente, como projeto-piloto, o novo documento será emitido apenas para as crianças de 0 a 11 anos de idade que pedirem a primeira via do RG em qualquer posto de identificação civil do Detran-RJ no estado

O Detran-RJ começou a emitir a Carteira de Identidade Nacional (CIN), que tem o CPF como número único de identificação, reconhecido em todo o território nacional, com o objetivo de dificultar fraudes. Inicialmente, como projeto-piloto, o novo documento será emitido apenas para as crianças de 0 a 11 anos de idade que pedirem a primeira via do RG em qualquer posto de identificação civil do Detran-RJ no Estado do Rio de Janeiro.

Para que seja possível emitir a Carteira de Identidade Nacional, a criança precisa ter a certidão original de nascimento com o CPF, ou a certidão original e mais o documento de inscrição no CPF. Quem não tiver o CPF emitido pela Receita Federal receberá o modelo antigo de RG. Antes de solicitar a identidade, é possível fazer a inscrição no CPF pelo site da Receita ou em unidades conveniadas, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Correios e cartórios de Registro Civil.

A nova CIN tem um QR Code que permite verificar a autenticidade do documento,

bem como saber se foi furtado ou extraviado. Foi incorporado também um código internacional usado em passaportes, chamado MRZ, que facilita o uso do RG como documento de viagem, sendo lido em terminais de autoatendimento nos aeroportos brasileiros. Elementos gráficos modernos também dificultam falsificações do novo modelo.

“Com o novo documento, a pessoa passa a ser identificada com um número único, o CPF. Hoje, é possível o cidadão tirar um RG com números diferentes em cada estado da federação. A Carteira de Identidade Nacional evita a duplicidade de registros e dificulta fraudes. É muito importante para o Detran-RJ começar a oferecer este documento ao cidadão do Estado do Rio de Janeiro”, afirmou o presidente do departamento, Adolfo Konder.

DOCUMENTO DIGITAL

Em futuro próximo, os cidadãos terão acesso à nova CIN também em formato digital, pelo aplicativo Gov.br, do governo federal. Após emitir o documento impresso, o usuário poderá baixar o app nas lojas IOS ou Android, fazer o

cadastro, e acessar o documento pelo telefone celular, pelo tablet ou pelo computador. Também em breve, o Detran-RJ ampliará o acesso ao novo documento para cidadãos de outras faixas etárias.

O prazo de validade da nova CIN varia conforme a idade da pessoa: é de 5 anos para crianças até 11 anos e de 10 anos para quem tem entre 12 e 59 anos. Para a população a partir de 60 anos, o prazo é indeterminado. “No projeto-piloto, vamos emitir o novo documento apenas como a primeira via para as crianças. Não haverá emissão de segunda via. O Detran-

RJ tem até janeiro de 2024 para concluir a implementação da CIN”, afirmou o diretor de Identificação Civil do departamento, Pedro Paulo Thompson.

Pelo decreto federal que instituiu a CIN, o documento no formato anterior será válido no país até 28 de fevereiro de 2032. Apenas daqui a nove anos, portanto, os usuários precisarão ter obrigatoriamente a nova Carteira de Identidade Nacional, o que permitirá uma transição gradual para o novo modelo. Pessoas com 60 anos ou mais terão a opção de não mudar o documento.

GARLIAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ nº 37.178.485/0001-18 - NIRE 33.3.0033444-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2022

1. Data, Hora e Local: Realizada em 20 de abril de 2022, às 11h00, na sede social da Garliava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A., na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Lavradio, nº 71, sala 201/801, Centro, CEP 20.230-070 (“Companhia”).

2. Convocação e Presenças: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da única acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme o disposto no artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), e de acordo com as assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas da Companhia.

3. Mesa: Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira - Presidente da Assembleia; e Carolina Simões - Secretária da Assembleia.

4. Ordem do Dia: Apreciar e deliberar sobre: (i) o recebimento da renúncia dos atuais Diretores da Companhia; (ii) a alteração da composição da Diretoria da Companhia, do prazo de mandato dos Diretores e correspondente alteração do caput dos artigos 13 e 14 do Estatuto Social; (iii) a alteração da forma de representação da Companhia perante terceiros e correspondente alteração do artigo 19 do Estatuto Social; (iv) a exclusão do parágrafo 2º, artigo 7º, do Estatuto Social; (v) a eleição e indicação dos novos membros da Diretoria da Companhia; (vi) o aumento do capital social da Companhia mediante a capitalização do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (“AFAC”) realizado nesta data pela Telefônica Brasil S.A. (“Acionista”) para a Companhia, no montante de R\$147.551.143,72 (cento e quarenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, cento e quarenta e três reais e setenta e dois centavos); e correspondente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; e (vii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia.

5. Deliberações: Após exame das matérias constantes da ordem do dia, a acionista da Companhia aprovou, sem quaisquer ressalvas: **5.1.** O recebimento, pela Companhia, dos pedidos de renúncia de todos os atuais membros da Diretoria da Companhia, a saber os Srs. (i) **Daniel Junqueira Pinto Hermeto**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 23.804.412-9, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF sob nº 004.078.756-70 e, (ii) **Rodrigo Modesto de Abreu**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 12.754-381, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 116.437.828-78, ambos com endereço na Rua Humberto de Campos, 425, 8º andar, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, conforme termos de renúncia apresentados e ora anexados à presente no Anexo I. **5.1.1.** Consignar que, a Companhia (i) aceitou o termo de renúncia apresentado pelos diretores e a outorga pelos mesmos da mais ampla, geral, irrestrita e irrevogável quitação à Companhia, para nada dela reclamarem, a qualquer tempo e sob qualquer pretexto, bem como (ii) outorgou ampla, geral, irrestrita e irrevogável quitação aos diretores renunciantes com relação à posição de administradores da Companhia por eles ocupada, pelo período em que figuraram como tal, sem prejuízo das obrigações de indenização constantes do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, celebrado em 28 de janeiro de 2021 entre a Acionista, Tim S.A. e Claro S.A., como compradoras, e a Oi S.A. - Em Recuperação Judicial, como vendedora, conforme aditado. **5.2.** A alteração da (a) composição da Diretoria da Companhia, a qual passará a ser composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 4 (quatro) membros, sendo: (i) 1 (um) Diretor Presidente; (ii) 1 (um) Diretor de Finanças; (iii) 1 (um) Secretário Geral e Diretor Jurídico; e (iv) 1 (um) Diretor sem Designação Específica; e (b) do prazo de mandato da Diretoria, que passa a ser de 3 (três) anos, admitida a reeleição. **5.2.1.** Consignar que, em razão da deliberação tomada no item 5.2 acima, o caput do artigo 13 e o caput do artigo 14, ambos do Estatuto Social da Companhia, passarão a ter a seguinte e nova redação: “**Art. 13 - A Administração da Companhia será exercida pela Diretoria, que será composta de, no mínimo 2 (dois) e, no máximo, 4 (quatro) membros, sendo: (i) 1 (um) Diretor Presidente; (ii) 1 (um) Diretor de Finanças; (iii) 1 (um) Secretário Geral e Diretor Jurídico; e (iv) 1 (um) Diretor sem Designação Específica, observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 14 abaixo.**” “**Art. 14 - Os membros da Diretoria serão eleitos pela Assembleia Geral e terão mandato de 3 (três) anos, admitindo-se a reeleição.**” **5.3.** A alteração da forma de representação da Companhia perante terceiros. **5.3.1.** Consignar que, em razão da deliberação tomada no item 5.3 acima, o artigo 19 do Estatuto Social da Companhia é alterado e passa a vigorar com a seguinte redação: “**Art. 19 - A Diretoria é o órgão de representação ativa e passiva da Companhia, cabendo à mesma e aos seus membros a prática de todos os atos necessários ou convenientes à gestão dos negócios sociais. Parágrafo 1º - Ressalvados os casos previstos no parágrafo 3º e observadas as disposições contidas neste Estatuto Social, a Companhia pode ser legalmente vinculada das seguintes formas: (i) pela assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores estatutários; (ii) pela assinatura de 1 (um) Diretor estatutário em conjunto com 1 (um) Procurador; e (iii) pela assinatura de 2 (dois) Procuradores em conjunto, desde que investidos de poderes específicos. Parágrafo 2º - Ressalvados os casos previstos no parágrafo 3º, as procurações serão sempre outorgadas por 2 (dois) Diretores estatutários em conjunto, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, deverão ter um período máximo de validade de 1 (um) ano. Parágrafo 3º - A Companhia poderá ser representada por apenas um Diretor estatutário ou um Procurador, investido de poderes específicos, na prática dos seguintes atos: (i) recebimento e quitação de valores; (ii) assinatura de correspondência que não crie obrigações para a Companhia; (iii) representação da Companhia em assembleias gerais de acionistas, reuniões ou assembleias de sócios e alterações de contratos sociais de sociedades da qual participe; (iv) outorga de mandato a advogado para a representação judicial ou em processos administrativos; (v) representação em juízo, ou em processos administrativos, exceto para a prática de atos que importem em renúncia a direitos; (vi) representação em licitações públicas e concursos privados de que participe a Companhia, visando à prestação dos serviços contemplados em seu objeto social; e (vii) prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive perante repartições públicas, sociedades de economia mista, empresas públicas, autarquias, juntas comerciais, Justiça do Trabalho, INSS, Receita Federal do Brasil, Fazendas Municipal, Estadual e do Distrito Federal, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outras da mesma natureza. Parágrafo 4º - É vedada à Diretoria a prática, em nome da Companhia, de atos de qualquer natureza relativos a negócios ou operações estranhas ao objeto social.**” **5.4.** A exclusão do parágrafo 2º, artigo 7º, do Estatuto Social da Companhia, para readequar uma das alçadas para atuação da Diretoria. **5.5.** A eleição dos seguintes membros para compor a Diretoria da Companhia para um mandato de 3 (três) anos, a contar da presente data: (i) **Christian Maud Gebara**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade nº 15.548.716-4, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 203.838.628-50, para ocupar o cargo de Diretor Presidente; (ii) **Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade profissional OAB/RS nº 45.479, inscrito no CPF sob o nº 711.936.930-04, para ocupar o cargo de Secretário Geral e Diretor Jurídico; e (iii) **Ricardo Guillermo Hobbs**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade nº 125156588, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 202.791.548-60, para ocupar o cargo de Diretor sem designação específica, todos residentes e domiciliados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 1376, CEP 04571-936, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **5.5.1.** Os membros da Diretoria ora eleitos tomaram posse em seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse, lavrados no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, e por meio dos quais declararam, para os fins do disposto no artigo 37, inciso II da Lei nº 8.934/94 e no artigo 147, parágrafos 1º e 2º da Lei das S.A., não estarem incurso em qualquer dos crimes previstos em lei ou nas demais restrições legais que os impeçam de exercer administração de sociedade mercantil, cujas cópias constam do Anexo II a esta ata. **5.5.2.** A indicação do Sr. **David Melcon Sanchez Frieria**, espanhol, casado, economista e administrador de empresas, portador do RNM nº G2407375, inscrito no CPF sob o nº 238.558.708-45, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 1376, CEP 04571-936, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de Diretor de Finanças da Companhia, cuja eleição e posse estão condicionadas ao cumprimento das formalidades legais exigidas pelo Ministério da Justiça (Coordenação de Imigração) para tanto. **5.6.** O aumento do capital social da Companhia dos atuais R\$967.813.592,82 (novecentos e sessenta e sete milhões, oitocentos e treze mil, quinhentos e noventa e dois reais e oitenta e dois centavos) para R\$1.115.364.735,82 (um bilhão, cento e quinze milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, setecentos e trinta e cinco reais e oitenta e dois centavos), um aumento, portanto, no valor de R\$147.551.143,00 (cento e quarenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, cento e quarenta e três reais), mediante a emissão, pela Companhia, de 147.551.143 (cento e quarenta e sete milhões, quinhentas e cinquenta e uma mil, cento e quarenta e três) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em tudo idênticas às ações existentes, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, fixado nos termos do Artigo 170 da Lei das S.A.. O aumento de capital ora aprovado foi totalmente subscrito pela Acionista, conforme Boletim de Subscrição que integra esta ata como Anexo III e integralizado, no ato da subscrição, mediante a capitalização do AFAC realizado pela Acionista à Companhia, no valor de R\$147.551.143,72 (cento e quarenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, cento e quarenta e três reais e setenta e dois centavos), sendo o montante de R\$0,72 (setenta e dois centavos de Real) destinados para a conta de reserva de capital da Companhia para futuro aproveitamento, nos termos do artigo 14, parágrafo único, da Lei das S.A. **5.6.1.** Consignar que, em razão da deliberação tomada no item 5.6. acima, o caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia é alterado e passa a vigorar com a seguinte redação: “**Art. 5º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$1.115.364.735,82 (um bilhão, cento e quinze milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, setecentos e trinta e cinco reais e oitenta e dois centavos) divididos em 1.121.037.822 (um bilhão, cento e vinte e sete milhões, trinta e sete mil, oitocentas e vinte e duas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.**” **5.7.** A aprovação da consolidação do Estatuto Social da Companhia, em razão das alterações acima propostas, o qual segue como Anexo IV a esta ata. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei das S.A., a qual, após reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. Certifico que a presente ata é cópia fiel da ata da Assembleia Geral Extraordinária da Garliava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A., realizada em 20 de abril de 2022, lavrada em livro próprio e registrada perante a Junta Comercial do Rio de Janeiro sob o nº 00004859702 de 26/04/2022. Rio de Janeiro, 20 de abril de 2022. **Mesa:** Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira - Presidente da Assembleia. **Carolina Simões** - Secretária da Assembleia. **Acionista:** Telefônica Brasil S.A. - Por: Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira - Cargo: Secretário-Geral e Diretor Jurídico.

COMPETITIVIDADE

Firjan apresenta ações para melhoria do ambiente de negócios no estado



Secretário Vinicius Farah recebe a agenda 'Propostas Firjan para um Brasil 4.0' das mãos de Eduardo Eugenio e Luiz Césio Caetano

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) recebeu nesta segunda-feira (30) o secretário estadual de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Vinicius Farah, como convidado da reunião dos Conselhos Superior da Firjan e de Administração do CIRJ.

Durante o encontro com os empresários, a federação apresentou ao secretário as ações prioritárias para a melhoria do ambiente de negócios, redução do Custo Rio e aumento da competitividade fluminense.

Presidente da Firjan, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira abriu o encontro comentando a reunião que teve pela manhã com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na sede da Fiesp, em São Paulo. Segundo o presidente, o ministro se comprometeu em discutir e colocar em prática a reforma tributária, o mais breve possível, a partir de um consenso entre Executivo, Legislativo, governo estaduais e o setor produtivo.

Já o presidente em exercício da Firjan, o empresário Luiz Césio Caetano, destacou para o secretário Vinicius Farah que, tanto no executivo e no legislativo estadual, há pautas prioritárias para melhorar o desenvolvimento econômico do estado, como questões tributárias, regulatórias e, até mesmo, ambientais. Nesse

sentido, o presidente da federação ressaltou o papel de articulação entre estado e empresário, promovendo a infraestrutura estadual de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Caetano enumerou quatro pilares centrais derivados da agenda 'Propostas Firjan para um Brasil 4.0', formulada após ouvir mais de 600 lideranças empresariais fluminenses. “Para melhorar a competitividade e a produtividade do estado do Rio de Janeiro, a federação defende além da melhoria do ambiente de negócios, investimentos em infraestrutura, capital humano e uma melhor eficiência do estado”, citou Luiz Césio.

PLEITOS DA INDÚSTRIA

Para a melhoria do ambiente de negócios, a federação defende o aumento da competitividade tributária pela cola de benefícios fiscais concedidos por outros estados da região Sudeste; o uso dos recursos do Fundo Soberano estadual em projetos de infraestrutura e a conclusão das regulamentações do novo Sistema Estadual de Licenciamento Ambiental (SELCA), entre outras ações.

Já no tema infraestrutura, a Firjan pede uma atenção para o desenvolvimento dos Distritos Industriais existentes; melhoria nos deslocamentos de trabalhadores e reformulação do sistema de bilhetagem

eletrônica na Região Metropolitana do Rio; promover a nova concessão do sistema de barcas; e melhorar a infraestrutura metroviária e ferroviária; além de promover a concessão de rodovias estaduais como a RJ-244, ligando a BR-101-Norte ao Porto do Açú, e as rodovias dos lotes/eixos Noroeste (RJ-122/158/160/186), Sul (RJ-127/145/155) e Norte (RJ-104/106/162).

Vinicius Farah comentou a sintonia entre o que o governo do estado vem produzindo e os temas apresentados pela federação. Citou, como exemplo, o programa Pacto RJ, cuja parte das ações são baseadas em estudos apresentados pela Firjan. O secretário destacou, entre outros programas, a recuperação dos distritos industriais e a criação de 13 outros condomínios por diversas regiões do estado. Citou ainda o resgate do setor pesqueiro fluminense, a partir da aquisição do estaleiro Caneco no ano passado.

O secretário de Desenvolvimento Econômico ouviu ainda os pleitos setoriais dos empresários associados da federação e propôs a criação de um grupo de trabalho entre a Firjan e os técnicos das diversas secretarias do estado, com reuniões mensais na federação, para buscar as soluções para o desenvolvimento do estado do Rio e a melhoria do ambiente de negócios.

CAPACITAÇÃO

Fatecs sediam um dos principais eventos gratuitos de criação de games do mundo

A participação no Global Game Jam é aberta ao público apaixonado por games, além dos estudantes e professores de todas as unidades do Centro Paula Souza. As inscrições podem ser feitas pelo site oficial de cada faculdade

Capacitar indivíduos em todo o mundo a aprender, experimentar e criar juntos por meio de jogos eletrônicos de maneira segura e em um ambiente acolhedor é a principal missão do Global Game Jam (GGJ), um dos maiores eventos de criação do segmento do mundo. A edição de 2023 será sediada pelas Faculdades de Tecnologia do Estado (Fatec) Carapicuíba e São Caetano, entre 30 de janeiro e 5 de fevereiro, em formato 100% online e gratuito. O evento ocorre, simultaneamente, em diversos países, com o tema

Roots – raízes, em inglês. A participação é aberta ao público apaixonado por games, além dos estudantes e professores de todas as unidades do Centro Paula Souza. As inscrições gratuitas podem ser feitas pelo site oficial de cada uma das Fatecs participantes até o dia 5 de fevereiro. “A Fatec de Carapicuíba tem o histórico de desenvolvimento de jogos com a temática da inclusão. Para 2023, esperamos uma produção de jogos mais inclusivos e com mais participantes que a edição do ano passado”, explica Carlos Alberto Paiva, coordenador do curso de jogos e organizador do GGJ na Fatec

Carapicuíba. Quem se interessa pelo desenvolvimento de jogos pode se beneficiar de várias maneiras ao participar de uma game jam. O coordenador do curso de Jogos Digitais da Fatec São Caetano do Sul e organizador do GGJ na unidade, Alan Carvalho, cita exemplos desses benefícios. “Quem participa desenvolve habilidades como trabalhar em equipe, lidar com prazos, exercitar a criatividade, gerenciar recursos e definir o escopo de um projeto. É uma forma divertida e dinâmica de experimentar conceitos e colocar ideias em prática, terminando com um jogo desenvolvido, o que

ajuda a fortalecer o portfólio.” Cabe ressaltar que a Global Game Jam não é uma competição, mas uma game jam colaborativa, sendo inclusive possível que as pessoas participem em mais de uma equipe ou até mesmo em mais de uma sede. “Desde que iniciei o curso de jogos digitais na Fatec Carapicuíba sempre fomos incentivados a participar de game jams para conhecer novas pessoas do meio e colocar em prática nossa criatividade para criar um game com o tema do ano. Sempre chegamos a ideias bem inusitadas que não alcançamos em circunstâncias do cotidiano. A GGJ foi de fato uma experiência inesque-

cível. Espero que neste ano tenha outra experiência incrível”, afirma Tabata Teixeira Griçaitis, aluna do curso superior de Tecnologia em Jogos Digitais da Fatec Carapicuíba. Números das edições anteriores do Global Game Jam: Em 2020, 934 locais, em 118 países, participaram do evento, o que foi considerado um recorde. Como resultado, mais de 9.600 jogos foram criados em apenas um fim de semana; No ano seguinte, 2021, mesmo em versão 100% online devido à pandemia da Covid-19, 585 locais virtuais participaram distribuídos em 104 países, que desenvolve-

ram 6.383 jogos; Em 2022, mais de 33.000 jammers foram registrados em 681 sites, em 100 países.

CRITÉRIOS

A participação é aberta para todos interessados em criação de games, maiores de 18 anos, e pode ser ocorrer individualmente ou em equipe. Designers, artistas, desenvolvedores, roteiristas, animadores, modeladores e outros profissionais também podem se inscrever. Menores de 18 anos podem participar, desde que tenham autorização de pais ou responsáveis.

CARNAVAL

Escolas de Samba de São Paulo fazem últimos ajustes

São Paulo se prepara para o Carnaval 2023, com organização e inclusão. Nesta segunda-feira (30), o prefeito Ricardo Nunes esteve da Fábrica do Samba, no bairro do Bom Retiro, e visitou os galpões onde estão sendo preparados os desfiles. O convite foi feito pela Liga Independente das Escolas de Samba.

O prefeito destacou a importância do trabalho de todos os envolvidos nos desfiles, que acontecem no Sambódromo do Anhembi. “Estar aqui é mais um gesto de agradecimento e reconhecimento por parte da Prefeitura pelo empenho das 34 Escolas. Isso gera emprego, renda e visibilidade para a cidade”, disse o prefeito. “Temos desenvolvido projetos focados em eventos de todos os tipos, futebol, automobilismo, música, além do Carnaval. pois sabemos o quanto é significativo para São Paulo”, afirmou Ricardo Nunes.

Na visita, o prefeito ressaltou o empenho do município na continuidade das obras da

Fábrica do Samba. “A construção ficou parada por anos. Retomamos e entregamos no ano passado, mesmo sem a prometida verba Federal, pois sabemos a dimensão dessa festa e como era necessário esse local. Fortalecer o trabalho de vocês é fortalecer a nossa cidade. Exatamente por isso, a nossa administração sabe que precisamos dar apoio em todos os sentidos para que o Carnaval aconteça”, destacou Ricardo Nunes.

Paralelamente, estão em curso os preparativos para o Carnaval de Rua, que reúne milhões de pessoas. A festa também movimentou o mercado de trabalho e traz recursos ao município. “Os desfiles no Anhembi e os blocos de ruas se somam, garantindo o acesso de todos à diversão, movimentando a nossa economia”.

O presidente da Liga Independente das Escolas de Samba de São Paulo, Sidnei Carrioulo, salientou o apoio dado ao Carnaval. “Reconhecemos o quanto a prefeitura tem trabalhado pela festa do

samba na cidade. Queremos estreitar cada vez mais esses laços”, afirmou o presidente da Liga.

SAMBA COM AS MÃOS

No domingo (29), a Prefeitura lançou a 7ª Edição do “Samba Com as Mãos. A ação, que traduz sambas-enredo em Libras, é realizada em parceria com a Liga Independente das Escolas de Samba de São Paulo.

Na visita à Fábrica do Samba, o prefeito Ricardo Nunes pediu empenho das escolas no sentido de trabalhar a inclusão no samba. “Estivemos na quadra da Mancha Verde para esse lançamento, e vimos pessoas com deficiência empolgadas. Essa questão precisa estar no radar das Escolas de São Paulo”, destacou o prefeito.

FÁBRICA DO SAMBA

A Fábrica do Samba é composta por 14 galpões, distribuídos em três blocos (Bloco A – 3 galpões, Bloco B – 4 galpões e Bloco C – 7

galpões). São áreas projetadas para que as agremiações tenham estrutura eficiente para realizar suas atividades.

Cada um dos galpões conta com pé direito de 18 metros, 4 mil m² de área construída, elevador social, elevador de carga para até 1,5 mil kg, cozinha, refeitório, banheiros, vestiários, oficinas de serralheria e marcenaria, ateliers de costura, doca para recebimento de materiais, espaço para reciclagem, sistema de combate à incêndios e área para modelagem dos carros alegóricos.

Sambódromo De acordo com a Liga das Escolas de São Paulo, os quatro dias de desfile atraem mais de 110 mil espectadores, além dos cerca de 30 mil componentes. A pesquisa realizada pelo Observatório de Turismo e Eventos, da SPTuris, mostrou que, na festa de 2022, a movimentação financeira gerada pelo evento para a capital foi em torno de R\$ 254 milhões. A expectativa para este ano é que os números sejam superiores.

CAMPINAS

Obras de construção de 16 novas creches em Campinas (SP) começam nas próximas semanas

O prefeito de Campinas, Dário Saadi, anunciou nesta segunda-feira (30), o início das obras de 16 novas creches para crianças de 0 a 4 anos de idade, em várias regiões de Campinas.

As licitações e os contratos com as construtoras já foram homologados e as obras começam nas próximas semanas. O objetivo é diminuir as filas nas creches e auxiliar as mães que precisam trabalhar. O programa de construção de creches foi batizado de Espaço do Amanhã e tem investimento de R\$ 144 milhões da Prefeitura.

A expectativa é de que as escolas comecem a funcionar no primeiro semes-

tre do próximo ano. Com as novas unidades educacionais, o número de vagas na Educação Infantil municipal será ampliado em 4,8 mil vagas. Cada escola deve receber em média 300 alunos.

“Estou autorizando hoje o início das obras de todas as creches. Não estou aqui prometendo que vou acabar com a fila das creches, mas que estou enfrentando a questão”, disse o prefeito Dário Saadi.

“Os projetos arquitetônicos e executivos dessas escolas foram feitos por meio de uma contrapartida com a construtora MRV”, explicou o diretor executivo da Fumec, Ary Pissinato. A Fumec é par-

ceira da Educação na construção das creches.

“A característica desse programa é de que existe um maior número de creches onde há a maior demanda, e esse atendimento tem de ser priorizado. Para mapear essas áreas, onde as escolas serão construídas, fizemos um estudo baseado no Cadastro da Educação Infantil que realizamos anualmente”, explicou o Secretário Municipal de Educação, José Tadeu Jorge.

Atualmente 4.500 crianças, com idade entre 0 a 3 anos, aguardam por uma vaga na rede municipal de ensino. As creches serão construídas nos bairros: Jardim do Lago II,

Residencial Cosmos, Dic I, Parque Itajaí, Jardim Santa Rosa (Residência Cittá), Residencial Campo Florido II, São Luiz, Dic IV, Vila Olímpia, Distrito do Ouro Verde, Jardim São Bento, Parque dos Pomares, Paraíso de Viracopos, Jardim Fernanda, Bosque das Palmeiras e Distrito do Campo Grande.

Rede Municipal de Ensino A Rede Municipal de Ensino tem 208 unidades, sendo 163 de Educação Infantil, 44 entidades colaboradoras de Educação Infantil e 45 escolas de Ensino Fundamental. Ao todo são 61,9 mil alunos matriculados. As aulas na rede municipal de ensino começam no dia 6 de fevereiro.

DREAM CAPITAL PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ/MF: 23.122.766/0001-44 - NIRE: 35.300.481.313 (“Companhia”)

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de outubro de 2022. 1. Data, Hora e Local: 28 de outubro de 2022, às 16h00, na sede da Companhia, situada Avenida Rio Amazonas, 371, Condomínio São Joaquim, no Município de Vinhedo, Estado de São Paulo, CEP 13280-001. **2. Convocação:** Dispensada a publicação de editais de convocação pela presença da totalidade dos acionistas da Sociedade, na forma do disposto no §4º do artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **3. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, a saber: (a) **Carlos Eduardo Jociomis**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 21.273.417-9 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 149.285.968-03, residente e domiciliado no Município de Vinhedo, Estado de São Paulo; e (b) **Michele Cuchi Jociomis**, brasileira, casada, contadora, portadora da cédula de identidade RG nº 34.205.558-6 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 303.514.448-66, residente e domiciliada no Município de Vinhedo, Estado de São Paulo, conforme Lista de Presença (Anexo I). **4. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. **Michele Cuchi Jociomis** e secretariados pelo Sr. **Carlos Eduardo Jociomis**. **Ordem do Dia:** (a) deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia em R\$ 9.924.447,42 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando dos atuais R\$ 19.416.445,01 (dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo) para R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), sem a emissão de novas ações; (b) deliberar sobre a distribuição e pagamento de lucros existentes na conta de reserva e de lucros intercalares aos acionistas. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, aprovam: (a) o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.924.447,42 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando dos atuais R\$ 19.416.445,01 (dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo) para R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), sem a emissão de novas ações; (b) deliberar sobre a distribuição e pagamento de lucros existentes na conta de reserva e de lucros intercalares aos acionistas. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, aprovam: (a) o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.924.447,42 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando dos atuais R\$ 19.416.445,01 (dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo) para R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), sem a emissão de novas ações; (b) deliberar sobre a distribuição e pagamento de lucros existentes na conta de reserva e de lucros intercalares aos acionistas. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, aprovam: (a) o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.924.447,42 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando dos atuais R\$ 19.416.445,01 (dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo) para R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), sem a emissão de novas ações; (b) deliberar sobre a distribuição e pagamento de lucros existentes na conta de reserva e de lucros intercalares aos acionistas. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, aprovam: (a) o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.924.447,42 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando dos atuais R\$ 19.416.445,01 (dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo) para R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), sem a emissão de novas ações; (b) deliberar sobre a distribuição e pagamento de lucros existentes na conta de reserva e de lucros intercalares aos acionistas. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, aprovam: (a) o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.924.447,42 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando dos atuais R\$ 19.416.445,01 (dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo) para R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), sem a emissão de novas ações; (b) deliberar sobre a distribuição e pagamento de lucros existentes na conta de reserva e de lucros intercalares aos acionistas. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, aprovam: (a) o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.924.447,42 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando dos atuais R\$ 19.416.445,01 (dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo) para R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), sem a emissão de novas ações; (b) deliberar sobre a distribuição e pagamento de lucros existentes na conta de reserva e de lucros intercalares aos acionistas. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, aprovam: (a) o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.924.447,42 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando dos atuais R\$ 19.416.445,01 (dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo) para R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), sem a emissão de novas ações; (b) deliberar sobre a distribuição e pagamento de lucros existentes na conta de reserva e de lucros intercalares aos acionistas. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, aprovam: (a) o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.924.447,42 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando dos atuais R\$ 19.416.445,01 (dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo) para R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), sem a emissão de novas ações; (b) deliberar sobre a distribuição e pagamento de lucros existentes na conta de reserva e de lucros intercalares aos acionistas. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, aprovam: (a) o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.924.447,42 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando dos atuais R\$ 19.416.445,01 (dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo) para R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), sem a emissão de novas ações; (b) deliberar sobre a distribuição e pagamento de lucros existentes na conta de reserva e de lucros intercalares aos acionistas. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, aprovam: (a) o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.924.447,42 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando dos atuais R\$ 19.416.445,01 (dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo) para R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), sem a emissão de novas ações; (b) deliberar sobre a distribuição e pagamento de lucros existentes na conta de reserva e de lucros intercalares aos acionistas. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, aprovam: (a) o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.924.447,42 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando dos atuais R\$ 19.416.445,01 (dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo) para R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), sem a emissão de novas ações; (b) deliberar sobre a distribuição e pagamento de lucros existentes na conta de reserva e de lucros intercalares aos acionistas. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, aprovam: (a) o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.924.447,42 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando dos atuais R\$ 19.416.445,01 (dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo) para R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), sem a emissão de novas ações; (b) deliberar sobre a distribuição e pagamento de lucros existentes na conta de reserva e de lucros intercalares aos acionistas. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, aprovam: (a) o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.924.447,42 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando dos atuais R\$ 19.416.445,01 (dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo) para R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), sem a emissão de novas ações; (b) deliberar sobre a distribuição e pagamento de lucros existentes na conta de reserva e de lucros intercalares aos acionistas. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, aprovam: (a) o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.924.447,42 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando dos atuais R\$ 19.416.445,01 (dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo) para R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), sem a emissão de novas ações; (b) deliberar sobre a distribuição e pagamento de lucros existentes na conta de reserva e de lucros intercalares aos acionistas. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, aprovam: (a) o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.924.447,42 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando dos atuais R\$ 19.416.445,01 (dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo) para R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), sem a emissão de novas ações; (b) deliberar sobre a distribuição e pagamento de lucros existentes na conta de reserva e de lucros intercalares aos acionistas. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, aprovam: (a) o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.924.447,42 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando dos atuais R\$ 19.416.445,01 (dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo) para R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), sem a emissão de novas ações; (b) deliberar sobre a distribuição e pagamento de lucros existentes na conta de reserva e de lucros intercalares aos acionistas. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, aprovam: (a) o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.924.447,42 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando dos atuais R\$ 19.416.445,01 (dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo) para R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), sem a emissão de novas ações; (b) deliberar sobre a distribuição e pagamento de lucros existentes na conta de reserva e de lucros intercalares aos acionistas. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, aprovam: (a) o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.924.447,42 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando dos atuais R\$ 19.416.445,01 (dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo) para R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), sem a emissão de novas ações; (b) deliberar sobre a distribuição e pagamento de lucros existentes na conta de reserva e de lucros intercalares aos acionistas. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, aprovam: (a) o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.924.447,42 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando dos atuais R\$ 19.416.445,01 (dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo) para R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), sem a emissão de novas ações; (b) deliberar sobre a distribuição e pagamento de lucros existentes na conta de reserva e de lucros intercalares aos acionistas. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, aprovam: (a) o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.924.447,42 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando dos atuais R\$ 19.416.445,01 (dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo) para R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), sem a emissão de novas ações; (b) deliberar sobre a distribuição e pagamento de lucros existentes na conta de reserva e de lucros intercalares aos acionistas. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, aprovam: (a) o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.924.447,42 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando dos atuais R\$ 19.416.445,01 (dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo) para R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), sem a emissão de novas ações; (b) deliberar sobre a distribuição e pagamento de lucros existentes na conta de reserva e de lucros intercalares aos acionistas. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, aprovam: (a) o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.924.447,42 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando dos atuais R\$ 19.416.445,01 (dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo) para R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), sem a emissão de novas ações; (b) deliberar sobre a distribuição e pagamento de lucros existentes na conta de reserva e de lucros intercalares aos acionistas. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, aprovam: (a) o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.924.447,42 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando dos atuais R\$ 19.416.445,01 (dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo) para R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), sem a emissão de novas ações; (b) deliberar sobre a distribuição e pagamento de lucros existentes na conta de reserva e de lucros intercalares aos acionistas. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, aprovam: (a) o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.924.447,42 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando dos atuais R\$ 19.416.445,01 (dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo) para R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), sem a emissão de novas ações; (b) deliberar sobre a distribuição e pagamento de lucros existentes na conta de reserva e de lucros intercalares aos acionistas. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, aprovam: (a) o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.924.447,42 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando dos atuais R\$ 19.416.445,01 (dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo) para R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), sem a emissão de novas ações; (b) deliberar sobre a distribuição e pagamento de lucros existentes na conta de reserva e de lucros intercalares aos acionistas. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, aprovam: (a) o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.924.447,42 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando dos atuais R\$ 19.416.445,01 (dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo) para R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), sem a emissão de novas ações; (b) deliberar sobre a distribuição e pagamento de lucros existentes na conta de reserva e de lucros intercalares aos acionistas. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, aprovam: (a) o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.924.447,42 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando dos atuais R\$ 19.416.445,01 (dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo) para R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), sem a emissão de novas ações; (b) deliberar sobre a distribuição e pagamento de lucros existentes na conta de reserva e de lucros intercalares aos acionistas. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, aprovam: (a) o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.924.447,42 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando dos atuais R\$ 19.416.445,01 (dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo) para R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), sem a emissão de novas ações; (b) deliberar sobre a distribuição e pagamento de lucros existentes na conta de reserva e de lucros intercalares aos acionistas. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, aprovam: (a) o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.924.447,42 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando dos atuais R\$ 19.416.445,01 (dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo) para R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), sem a emissão de novas ações; (b) deliberar sobre a distribuição e pagamento de lucros existentes na conta de reserva e de lucros intercalares aos acionistas. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, aprovam: (a) o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.924.447,42 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando dos atuais R\$ 19.416.445,01 (dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo) para R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), sem a emissão de novas ações; (b) deliberar sobre a distribuição e pagamento de lucros existentes na conta de reserva e de lucros intercalares aos acionistas. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, aprovam: (a) o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.924.447,42 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando dos atuais R\$ 19.416.445,01 (dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo) para R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), sem a emissão de novas ações; (b) deliberar sobre a distribuição e pagamento de lucros existentes na conta de reserva e de lucros intercalares aos acionistas. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, aprovam: (a) o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.924.447,42 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando dos atuais R\$ 19.416.445,01 (dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo) para R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), sem a emissão de novas ações; (b) deliberar sobre a distribuição e pagamento de lucros existentes na conta de reserva e de lucros intercalares aos acionistas. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, aprovam: (a) o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.924.447,42 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando dos atuais R\$ 19.416.445,01 (dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo) para R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), sem a emissão de novas ações; (b) deliberar sobre a distribuição e pagamento de lucros existentes na conta de reserva e de lucros intercalares aos acionistas. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, aprovam: (a) o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.924.447,42 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando dos atuais R\$ 19.416.445,01 (dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo) para R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), sem a emissão de novas ações; (b) deliberar sobre a distribuição e pagamento de lucros existentes na conta de reserva e de lucros intercalares aos acionistas. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, aprovam: (a) o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.924.447,42 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando dos atuais R\$ 19.416.445,01 (dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo) para R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quatro centavos), sem a emissão de novas ações; (b) deliberar sobre a distribuição e pagamento de lucros existentes na conta de reserva e de lucros intercalares aos acionistas. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanim

DREAM CAPITAL E PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ/ME nº 23.122.766/0001-44 - NIRE 35300481313
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de outubro de 2022. 1. **Data, Hora e Local:** Realizada no dia 31 de outubro de 2022, às 12h00 horas, na sede social da Dream Capital e Participações S/A ("Companhia"), na cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, na Avenida Rio Amazonas, nº 371, Condomínio São Joaquim, CEP 13280-000. 2. **Convocação e Presença:** Fica dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), conforme alterada, em decorrência da presença da acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. 3. **Mesa:** Sr. Guilherme Vieira da Silva, Presidente, designado pela acionista; e Sr. João Raphael Oliveira Aranha, Secretário. 4. **Ordem do Dia:** Examinar e deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) tomar conhecimento da renúncia apresentada pela acionista; e (ii) a eleição de novo membro da Diretoria da Companhia; (iii) autorizar a diretoria-geral a realizar todos os atos necessários para a realização da Operação; (iv) alteração, reformulação e consolidação do Estatuto Social da Companhia. 5. **Deliberações:** Submetidas à discussão e em seguida à votação, foram aprovadas pelas acionistas da Companhia, por unanimidade e sem qualquer restrição, as seguintes matérias: 5.1. Tomar conhecimento da renúncia apresentada pelos membros da Diretoria da Companhia, o Sr. Carlos Eduardo Jociomis e a Sra. Michele Cuchi Jociomis, de acordo com os respectivos termos de renúncia, na forma dos Anexos I e II do presente ata. 5.2. Eleição, como membro da Diretoria da Companhia, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, permanecendo no exercício das suas funções até a eleição e investidura de seu sucessor, da Sra. Elaine Schultze Alfredo, advogada inscrita no Conselho Brasileiro de Carteira de Identidade OAB/RJ nº 127720 e inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 130.335.088-20, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Americo Alves Pereira Filho, nº 147, apartamento nº. 301, CEP 05688-901, no cargo de Diretora-Geral da Companhia. 5.3. A Diretora-Geral ora eleita aceita o cargo para o qual foi designada, declarando, em seu termo de posse lavrado em livro próprio, expressamente, para todos os fins e sob as penas da lei, que não está impedida, por lei especial, de exercer a administração de sociedade, e nem ter sido condenada (ou encontrarse sob efeitos de condenação), a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, por crime falatório, de prevaricação, pecha ou suborno, concussão, peculato, ou por crime contra a economia financeira, ou contra a economia nacional, as normas de defesa da concorrência, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, nos termos do artigo 147, §1º da Lei das S.A., e toma posse mediante termo lavrado cujas cópia segue como Anexo III. 5.4. Alteração do Estatuto Social da Companhia, a fim de fazer constar que a Companhia será representada por um ou mais Diretores, com a consequente modificação do artigo 12º do Estatuto Social, o qual passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 12º - A Sociedade será administrada por um ou mais Diretores, sendo um deles sob a denominação de Diretor-Geral, e os demais sem denominação específica, com mandato de 3 (três) anos, permitida eleições consecutivas, eleitos pela Assembleia Geral." 5.5. Aprovar a alteração do artigo 14º do Estatuto Social da Companhia, a fim de restringir os atos a serem praticados pela Diretoria, o qual passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 14º - Todos os atos adotados pela Diretoria exigirão a aprovação prévia da Assembleia Geral." **Parágrafo Único:** São expressamente proibidos e serão nulos de pleno direito quaisquer atos praticados pela Diretoria, por procuradores ou por empregados da Sociedade, que sejam estranhos ao objeto social e aos negócios da Sociedade, tais com avais, fianças ou outras garantias em favor de terceiros, a menos que tais atos tenham sido prévia e expressamente autorizados, por escrito, pela Assembleia Geral." 5.6. Autorizar a Diretora-Geral ora eleita, Sra. Sandra Abate Murcia, a praticar todos os atos, assim como assinar quaisquer contratos, instrumentos e documentos necessários ou apropriados para a realização e conclusão da operação decorrente do Contrato de Compra e Venda de Ações (Share Purchase and Sale Agreement), por meio do qual a acionista, Multi-Color Brazil Holding Ltda., adquiriu 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da Companhia ("Operação"), bem como ratificar eventuais atos anteriormente praticados estritamente para as finalidades aqui previstas. 5.7. Reformular, reformar e consolidar o Estatuto Social da Companhia para refletir, dentre outras matérias, as deliberações aprovadas acima, o qual passará a vigorar com a redação constante do Anexo IV. 6. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi lida e aprovada palavra a cada dela seguinte fazer uso, e como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, em forma de sumário, conforme aprovadpelos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 130, §1º da Lei das S.A., que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada e rubricada em 31 de outubro de 2022. **Mesa:** Guilherme Vieira da Silva - Presidente, João Raphael Oliveira Aranha - Secretário, Acionistas: p. Multi-Color Brazil Holding Ltda. Sandra Abate Murcia, Estatuto Social. Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º - A Dream Capital e Participações S/A (a "Sociedade") é uma Sociedade Anônima, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social, pela Lei nº 6.404, de 15 de novembro de 1976 e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. Artigo 2º - A Sociedade tem por objeto a participação em outras sociedades, a gestão societária, além de serviços administrativos e de gerenciamento, incluindo de bens próprios. Artigo 3º - A Sociedade tem sede e foro na cidade de Vinhedo, no Estado de São Paulo, a Avenida Rio Amazonas, 371, Condomínio São Joaquim, CEP 13280-000, no Estado de São Paulo. Artigo 4º - A Sociedade poderá ter filiais, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional e no exterior. Artigo 4º - A Sociedade terá prazo de duração por tempo indeterminado. Capítulo II - Capital Social e Ações. Artigo 5º - O capital social inicial da Sociedade é de R\$ 29.340.892,43 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quarenta e três centavos), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 21.340.766 (vinte e um milhões, trezentos e quarenta mil e setecentos e sessenta e seis) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Parágrafo Único - Cada ação ordinária confere a seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Sociedade. Artigo 6º - As Ações Nominativas serão registradas no Livro de Registro de Ações Nominativas e suas características serão eletivas e aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade e serão emitidas em nome de terceiros, assinados e datados pelo Cedente e o Cessionário ou seus procuradores, obrigando-se os Acionistas a respeitar o direito de preferência dos demais acionistas, assim como os procedimentos previstos em Acordo de Acionistas em vigor arquivado na sede da Sociedade. Parágrafo Único - Será nula de pleno direito a transferência das Ações que violar o disposto nesta cláusula. Artigo 7º - No caso reembolso das Ações, previsto por lei, o valor do reembolso será calculado com base no patrimônio líquido das Ações, de acordo com o último balanço aprovado na Assembleia Geral, segundo critérios de avaliação do ativo e passivo fixados na Lei das Sociedades Anônimas e com os princípios contábeis geralmente aceitos. Artigo 8º - A Assembleia Geral que autorizar o aumento de capital social e a subscrição de novas ações, deverá estabelecer as condições e determinações a serem observadas quanto ao preço e ao prazo de subscrição, quanto à forma de integralização e à cessão de preferência, observadas as disposições legais e as previstas no Estatuto social. Artigo 9º - A Sociedade poderá adquirir, utilizando saldos de lucros ou reservas disponíveis, suas próprias Ações para a permanência em tesouraria, sem que isso implique na diminuição do capital subscrito, visando sua posterior alienação, observada as disposições legais aplicáveis. Artigo 10º - As Ações mantidas em tesouraria não terão direito a voto, nem a dividendos ou bonificações, até sua realocação em circulação. Capítulo III - Assembleia Geral. Artigo 11º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício da administração, ainda que extraordinariamente, sempre que exigidos os interesses sociais ou a lei assim exigirem. Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. Parágrafo Segundo - A Assembleia Geral será presidida por quem a Assembleia Geral indicar. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-lo. Capítulo IV - Administração. Artigo 12º - A Sociedade será administrada por um ou mais Diretores, sendo um deles sob a denominação de Diretor-Geral, e os demais sem denominação específica, com mandato de 3 (três) anos, permitida eleições consecutivas, eleitos pela Assembleia Geral. Artigo 13º - A investidura far-se-á por lavratura no Livro de Registro de Atas de Reunião de Diretoria. Artigo 14º - Todos os atos adotados pela Diretoria exigirão a aprovação prévia da Assembleia Geral. Parágrafo Único - São expressamente proibidos e serão nulos de pleno direito quaisquer atos praticados pela Diretoria, por procuradores ou por empregados da Sociedade, que sejam estranhos ao objeto social e aos negócios da Sociedade, tais com avais, fianças ou outras garantias em favor de terceiros, a menos que tais atos tenham sido prévia e expressamente autorizados, por escrito, pela Assembleia Geral. Artigo 15º - A representação da Sociedade será válida se contar com a assinatura do Diretor-Geral. Parágrafo Primeiro: Dentro dos limites de seus poderes, o Diretor-Geral, poderá nomear procurador especificando os poderes outorgados e o prazo de validade nos respectivos instrumentos de procuração. Parágrafo Segundo: O mandato judicial poderá ser concedido por prazo indeterminado. Capítulo V - Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Resultados. Artigo 16º - A Sociedade, por deliberação da Diretoria, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Sociedade, por deliberação da Diretoria, poderá, ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último Balanço Geral. Parágrafo Único - Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório. Artigo 20º - A Sociedade poderá remunerar os acionistas mediante pagamento de juros sobre o capital próprio, na forma e dentro dos limites estabelecidos em lei e no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Sociedade. Parágrafo Único - A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório. Capítulo VII - Transformação. Artigo 21º - A Sociedade poderá, independentemente de dissolução ou liquidação, transformar-se em sociedade de outro tipo que não sociedade anônima, assegurado o direito de retirada aos acionistas dissidentes. Capítulo VIII - Acordo de Acionistas. Artigo 22º - O Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede da Sociedade, que estabeleça as condições de compra e venda de suas ações, o direito de preferência na aquisição destas, o exercício do direito de voto ou do poder de controle ou ainda o direito de preferência na aquisição destas, não poderá ser alterado pela administração. Parágrafo Primeiro - As obrigações e responsabilidades resultantes do Acordo de Acionistas serão válidas e oponíveis a terceiros tão logo tal Acordo de Acionistas tenha sido devidamente averbado nos livros de registro de ações da Sociedade, nos termos do artigo 118 da Lei das S.A.. Parágrafo Segundo - Os administradores da Sociedade zelarão pela observância do Acordo de Acionistas e o presidente da Assembleia Geral deverá declarar a invalidade do voto proferido pelo acionista em contrariedade com os termos de tal Acordo de Acionistas. Capítulo IX - Dissolução e Liquidação. Artigo 23º - A Sociedade dissolver-se-á e liquidar-se-á em casos previstos em Lei. Artigo 24º - Caberá à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o(s) liquidante(s), e o Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período de liquidação, ficando-lhes os poderes e remuneração. Capítulo X - Disposições Gerais. Artigo 25º - Aos casos omissos deste Estatuto serão aplicadas as disposições da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e, de outras em vigor, pertinentes à matéria. Juceesp nº 2.895/23-7 em 06/01/2023.

AgroGalaxy Participações S.A.

CNPJ: 21.240.146/0001-84 - NIRE 35.300.489.543
Ata de Reunião de Conselho de Administração Realizada em 23 de Dezembro de 2022
1. Data, Hora e Local: No dia 23 de dezembro de 2022, às 15:00 horas, na sede social do AgroGalaxy Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Iguatemi, nº 192, 10º andar, conjuntos 103 a 104, Edifício Igatemi Offices Building, Itaim Bibi, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01414-010. 2. **Convocação:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme autorizado pelo estatuto social da Companhia. 3. **Composição da Mesa:** Presidente: Sebastian Marcos Popik; Secretária: Marina Godoy da Cunha Alves. 4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a extensão do prazo para exercício das opções de compra de ações aos beneficiários César Donizeti Coelho, outorgadas no âmbito do 1º Programa do 1º Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, e Welles Clóvis Pascoal, outorgadas no âmbito do 1º e 2º Programas do 1º Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia; (ii) a renúncia de dois Diretores sem designação específica da Companhia; (iii) a reeleição dos demais Diretores da Companhia; (iv) a reeleição dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia; (v) a eleição com efeitos retroativos de novo membro do Comitê de Auditoria da Companhia; (vi) a reeleição de um membro do Comitê de Auditoria da Companhia; (vii) a renúncia de um membro do Conselho de Administração da Companhia; (viii) a eleição de membro substituto ao cargo vacante do Conselho de Administração da Companhia; (ix) a renúncia de um membro do Comitê Financeiro da Companhia; (x) a eleição de novo membro ao Comitê Financeiro da Companhia; e (xi) a autorização aos membros da Diretoria da Companhia a adotar todas as providências necessárias para efetivar as deliberações tomadas nesta ata. 5. **Deliberações:** Após discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração presentes, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, deliberaram o quanto segue: 5.1. Aprovar: (i) a extensão, até 31 de dezembro de 2023, do prazo para exercício das opções de compra das ações outorgadas ao beneficiário César Donizeti Coelho, no âmbito do 1º Programa do 1º Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, nos termos da Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de janeiro de 2021; e (ii) a extensão, pelo prazo de 18 (dezoito) meses a contar da data de encerramento do contrato de administrador, do prazo para exercício das opções de compra das ações outorgadas ao beneficiário Welles Clóvis Pascoal, no âmbito do 1º e 2º Programas do 1º Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, nos termos da Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de janeiro de 2021 e da Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de setembro de 2021, respectivamente. 5.2. Tomar conhecimento e aceitar o pedido de renúncia, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023, dos Srs. Welles Clóvis Pascoal e André Cordeiro Cabral aos cargos de Diretores sem designação específica da Companhia, conforme Anexos I e II à presente ata. 5.3. Reeleger, para um mandato unificado de 1 (um) ano contado a partir da presente data os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (i) a Sra. Sheila Maria Pereira Albuquerque, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no cargo de Diretora Presidente; (ii) o Sr. José Maurício Mora Pultti, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; e (iii) o Sr. Fernando Henrique Bordoni Manzeppi, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no cargo de Diretor sem designação específica, exercendo a função de Diretor Vice-Presidente de Negócios, a qual possui as seguintes atribuições: (a) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades diárias das controladas da Companhia e respectivas áreas de negócios; (b) consolidar o resultado das controladas da Companhia e respectivas áreas de negócios; (c) atuações específicas em outras áreas da Companhia (como por exemplo comercial, expansões, barter, mesa de grãos, marketing, digital, entre outras). Os Diretores ora reeleitos serão empossados em seus cargos, mediante termo de posse lavrado em livro próprio, conforme Anexos III, IV e V a esta Ata, e o mandato declarado, na forma da Lei das Sociedades por Ações do Art. 10º da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, não estarão incursos em qualquer dos crimes previstos em lei e no caso de serem réus, de que os impeçam de exercer administração de sociedade mercantil. 5.4. Reeleger, para um mandato unificado de 1 (um) ano contado a partir da presente data, mediante assinatura do respectivo termo de posse, conforme Anexos VI e VII a presente ata, os seguintes membros do Comitê de Auditoria da Companhia: (i) o Sr. Luiz Carlos Passetti, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como coordenador do Comitê de Auditoria, o qual possui reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária; e (ii) o Sr. Maurício Luis Luchetti, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como membro efetivo do Comitê de Auditoria. 5.5. Eleger, com efeitos retroativos a 12 de dezembro de 2022, para um mandato unificado de 1 (um) ano contado a partir de 12 de dezembro de 2022, conforme o respectivo termo de posse, Anexo VIII a presente ata, da Sra. Carla Alessandra Trematore, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como membro efetivo do Comitê de Auditoria. 5.6. Tomar conhecimento e aceitar o pedido de renúncia, da Sra. Tarcila Reis Corrêa Ursini ao cargo de membro efetivo do Comitê de Auditoria da Companhia, conforme Anexo IX à presente ata. 5.7. Tomar conhecimento e aceitar o pedido de renúncia, a partir de 1º de janeiro de 2023, da Sra. Elaine Schultze Alfredo ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, conforme Anexo X à presente ata. 5.8. Em razão da renúncia da Sra. Elaine Schultze Alfredo acima, eleger como substituto ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, conforme artigo 150 da Lei 6.404/76, o Sr. Welles Clóvis Pascoal, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no cargo de Diretor Presidente, a partir de 1º de janeiro de 2023. 5.9. Encerrar o exercício do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023 para deliberar sobre as contas dos administradores do exercício social corrente e demonstrações financeiras, conforme Anexo XI a presente ata. 5.9. Tomar conhecimento e aceitar o pedido de renúncia, a partir de 1º de janeiro de 2023, da Sra. Elaine Schultze Alfredo ao cargo de membro efetivo do Comitê Financeiro, conforme Anexo XII à presente ata. 5.10. Eleger, para um mandato unificado de 1 (um) ano contado a partir de 1º de janeiro de 2023, mediante assinatura do respectivo termo de posse, conforme Anexos XIII a presente ata, a Sra. Sheila Maria Pereira Albuquerque, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como membro efetivo do Comitê Financeiro. 5.11. Autorizar os membros da Diretoria da Companhia a praticar todos os atos e assinar toda e qualquer documentação necessários à implementação das deliberações tomadas na presente reunião. 6. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi lida e achada conforme, o qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 23 de dezembro de 2022. **Composição da Mesa - Presidente:** Sebastian Marcos Popik; Secretária: Marina Godoy da Cunha Alves. **Conselheiros presentes:** Sebastian Marcos Popik, Tomas Agustín Romero, Elaine Schultze Alfredo, Benício Carvalho Teles, João Fernando Garcia, Mauricio Luis Luchetti, Larissa Yastrebo Pomerantzeff, Tarcila Reis Corrêa Ursini e Eduardo de Almeida Salles Terra. **Certifico que a presente confere com o original lavrado no livro próprio.** São Paulo, 23 de dezembro de 2022. **Mesa:** Sebastian Marcos Popik - Presidente, Marina Godoy da Cunha Alves - Secretária. **JUCESP** nº 42.056/23-8 em 24/01/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Central Eólica Babilônia I S.A.

CNPJ: 13.346.039/0001-41 - NIRE 35.300.536.380
Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 26 de Dezembro de 2022
Data, Hora e Local da Realização: realizada em 26/12/22, às 10h, na sede social da Central Eólica Babilônia I S.A., sociedade anônima de capital fechado, situada em SP/SP, na Rua Dr. José Gonçalves de Oliveira, 116, 6º andar, conjunto 61, Sala G, Itaim Bibi, ("Companhia"). **Convocação e Presença:** dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 124, §4º da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), por estar presente a Acionista única detentora da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **Composição da Mesa:** Ruy de Sousa Pereira Lima - Presidente da Mesa; Daniel Eduardo Araque Prada - Secretário; Acionista: Babilônia Holding S.A. A presente ata é cópia fiel da original, que foi lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 26/12/22. **Mesa:** Ruy de Sousa Pereira Lima - Presidente; Daniel Eduardo Araque Prada - Secretário; Acionista: Babilônia Holding S.A. - Por: Ruy de Sousa Pereira Lima - Cargo: Diretor Presidente; Por: Daniel Eduardo Araque Prada - Cargo: Diretor sem designação específica. **JUCESP** nº 26.109/23-2 em 19/01/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Central Eólica Babilônia II S.A.

CNPJ: 13.346.161/0001-83 - NIRE 35.300.536.169
Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 26 de Dezembro de 2022
Data, Hora e Local da Realização: realizada em 26/12/22, às 10h, na sede social da Central Eólica Babilônia II S.A., sociedade anônima de capital fechado, situada em SP/SP, na Rua Dr. José Gonçalves de Oliveira, 116, 6º Andar, conjunto 61, Sala H, Itaim Bibi, ("Companhia"). **Convocação e Presença:** dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), por estar presente a Acionista única detentora da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **Composição da Mesa:** Ruy de Sousa Pereira Lima - Presidente da Mesa; Daniel Eduardo Araque Prada - Secretário; Acionista: Babilônia Holding S.A. A presente ata é cópia fiel da original, que foi lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 26/12/22. **Mesa:** Ruy de Sousa Pereira Lima - Presidente; Daniel Eduardo Araque Prada - Secretário; Acionista: Babilônia Holding S.A. - Por: Ruy de Sousa Pereira Lima - Cargo: Diretor Presidente; Por: Daniel Eduardo Araque Prada - Cargo: Diretor sem designação específica. **JUCESP** nº 25.395/23-3 em 19/01/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Central Eólica Babilônia III S.A.

CNPJ: 13.346.102/0001-05 - NIRE 35.300.536.142
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de Dezembro de 2022
Data, Hora e Local da Realização: realizada em 26/12/22, às 10h, na sede social da Central Eólica Babilônia III S.A., sociedade anônima de capital fechado, situada em SP/SP, na Rua Dr. José Gonçalves de Oliveira, 116, 6º Andar, conjunto 61, Sala I, Itaim Bibi, ("Companhia"). **Convocação e Presença:** dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), por estar presente a Acionista única detentora da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **Composição da Mesa:** Ruy de Sousa Pereira Lima - Presidente da Mesa; Daniel Eduardo Araque Prada - Secretário; Acionista: Babilônia Holding S.A. A presente ata é cópia fiel da original, que foi lavrada em livro próprio. São Paulo, Estado de São Paulo, 26/12/22. **Mesa:** Ruy de Sousa Pereira Lima - Presidente; Daniel Eduardo Araque Prada - Secretário. **Acionista: Babilônia Holding S.A. - Por:** Ruy de Sousa Pereira Lima - Cargo: Diretor Presidente; Por: Daniel Eduardo Araque Prada - Cargo: Diretor sem designação específica. **JUCESP** nº 25.539/23-1 em 18/01/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Central Eólica Babilônia IV S.A.

CNPJ: 13.346.039/0001-07 - NIRE 35.300.536.479
Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 26 de Dezembro de 2022
Data, Hora e Local da Realização: realizada em 26/12/22, às 10h, na sede social da Central Eólica Babilônia IV S.A., sociedade anônima de capital fechado, situada em SP/SP, na Rua Dr. José Gonçalves de Oliveira, 116, 6º Andar, conjunto 61, Sala J, Itaim Bibi, ("Companhia"). **Convocação e Presença:** dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), por estar presente a Acionista única detentora da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **Composição da Mesa:** Ruy de Sousa Pereira Lima - Presidente da Mesa; Daniel Eduardo Araque Prada - Secretário; Acionista: Babilônia Holding S.A. A presente ata é cópia fiel da original, que foi lavrada em livro próprio. São Paulo, Estado de São Paulo, 26/12/22. **Mesa:** Ruy de Sousa Pereira Lima - Presidente; Daniel Eduardo Araque Prada - Secretário. **Acionista: Babilônia Holding S.A. - Por:** Ruy de Sousa Pereira Lima - Cargo: Diretor Presidente; Por: Daniel Eduardo Araque Prada - Cargo: Diretor sem designação específica. **JUCESP** nº 25.539/23-2 em 18/01/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Central Eólica Babilônia V S.A.

CNPJ: 13.346.108/0001-82 - NIRE 35.300.536.151
Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 26 de Dezembro de 2022
Data, Hora e Local da Realização: realizada em 26/12/22, às 10h, na sede social da Central Eólica Babilônia V S.A., sociedade anônima de capital fechado, situada em SP/SP, na Rua Dr. José Gonçalves de Oliveira, 116, 6º Andar, conjunto 61, Sala K, Itaim Bibi, ("Companhia"). **Convocação e Presença:** dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), por estar presente a Acionista única detentora da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **Composição da Mesa:** Ruy de Sousa Pereira Lima - Presidente da Mesa; Daniel Eduardo Araque Prada - Secretário; Acionista: Babilônia Holding S.A. A presente ata é cópia fiel da original, que foi lavrada em livro próprio. São Paulo, Estado de São Paulo, 26/12/22. **Mesa:** Ruy de Sousa Pereira Lima - Presidente; Daniel Eduardo Araque Prada - Secretário. **Acionista: Babilônia Holding S.A. - Por:** Ruy de Sousa Pereira Lima - Cargo: Diretor Presidente; Por: Daniel Eduardo Araque Prada - Cargo: Diretor sem designação específica. **JUCESP** nº 25.542/23-0 em 18/01/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

N.I.O.S.P.E. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 31.432.464/0001-09 - NIRE 35.300.521.145
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de setembro de 2022. 1. **Data, Hora e Local:** Aos 09 dias do mês de setembro de 2022, às 10:00 horas, na sede social da N.I.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Iguatemi, nº 192, 10º andar, conjuntos 103 a 104, Edifício Igatemi Offices Building, Itaim Bibi, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01414-010. 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação nos termos do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da acionista representando a totalidade do capital social de NIOSPE, conforme Anexo I a presente ata. 3. **Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Emílio José de Almeida Westermann, e a Sra. Yvone Chung para assumir a função de secretária. 4. **Ordem do Dia:** (i) receber e reconhecer os termos de renúncia dos atuais membros da Diretoria, conforme arquivados na Companhia; (ii) alterar as regras de funcionamento da Companhia; (iii) eleger o novo Diretor Presidente; (iv) autorizar a Diretoria da Companhia; (v) alterar o endereço da Companhia; (vi) alterar o endereço comercial da Companhia e, consequentemente, dos Códigos Nacionais de Atividade Econômica - CNAES; (vii) reconhecer a integralização do capital social da Companhia; (viii) aumentar o capital social da Companhia; (ix) consolidar o Estatuto Social. 5. **Deliberações:** A acionista titular de ações representando a totalidade do capital social da Companhia deliberou sobre quaisquer questões ou assuntos em aberto nos termos de renúncia dos Srs. Sueli de Fátima Ferretti e Cleber Faria Fernandes dos cargos de membros da Diretoria, conforme arquivados na Companhia, ficando as respectivas comunicações arquivadas na sede da Companhia os quais, também se retiraram do quadro acionário da Companhia. Os diretores renunciaram outorgar à Companhia o poder de assinatura de quaisquer documentos e participação em loteamento, locação de imóveis próprios, administração de bens imóveis em geral, e a participação, como sócia ou acionista, em sociedades que explorem quaisquer outras atividades empresariais, independentemente de autorização ou não para funcionar por parte de quaisquer órgãos ou entidades públicas ou governamentais; 5.2. Reconhecer a integralização da totalidade do capital social da Companhia, no valor de R\$500.000,00 (quinhentos reais), representado por 50.000 (cinco mil) ações, com o valor de R\$10,00 (dez reais) por ação, mediante a emissão de 58.818.241 (oitoenta e cinco milhões, oitocentos e dezoito mil duzentos e quarenta e um) reais, mediante a emissão de 58.818.241 (oitoenta e cinco milhões, oitocentos e dezoito mil duzentos e quarenta e um) reais nos seguintes moldes: ordinárias sem valor nominal, ao preço de emissão por ação de R\$ 5.000,000,00, de acordo com balanço levantado pela Companhia em 31/10/22, distribuídos da seguinte forma: (a) R\$ 3.245.893,56 relativos à distribuição da conta de reserva de lucros acumulados do período de 2022; e (b) R\$ 1.977.988,96 relativos a dividendos mínimos obrigatórios, respeitados os limites impostos pelo artigo 198 e pelo artigo 202 da Lei das S.A., bem como a finalidade da Companhia;" (ii) ratificar a deliberação constante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 14/11/22, registrada sob o nº 683.710/22-3 perante a JUCESP em sessão de 05/12/22, que deliberou sobre a destinação de dividendos intermediários da Companhia referentes a conta de lucros acumulados e do lucro para o período compreendido entre 01/01/22 e 31/10/22, com base em balanço levantado em 31/10/22, a qual deveria ter constado com a seguinte redação na referida ata: "nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das S.A., aprovar a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 3.500.000,00, de acordo com balanço levantado pela Companhia em 31/10/22, distribuídos da seguinte forma: (a) R\$ 2.641.293,78 relativos à distribuição da conta de reserva de lucros acumulados do período de 2022; e (b) R\$ 2.658.706,22 relativos a dividendos mínimos obrigatórios, respeitados os limites impostos pelo artigo 198 e pelo artigo 202 da Lei das S.A., bem como a finalidade da Companhia;" (iii) ratificar os demais termos constantes da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 14/11/22, registrada sob o nº 683.710/22-3 perante a JUCESP em sessão de 05/12/22, que deliberou sobre a destinação de dividendos intermediários da Companhia referentes a conta de lucros acumulados e do lucro para o período compreendido entre 01/01/22 e 31/10/22, com base em balanço levantado em 31/10/22, a qual deveria ter constado com a seguinte redação na referida ata: "nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das S.A., aprovar a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 3.500.000,00, de acordo com balanço levantado pela Companhia em 31/10/22, distribuídos da seguinte forma: (a) R\$ 2.641.293,78 relativos à distribuição da conta de reserva de lucros acumulados do período de 2022; e (b) R\$ 2.658.706,22 relativos a dividendos mínimos obrigatórios, respeitados os limites impostos pelo artigo 198 e pelo artigo 202 da Lei das S.A., bem como a finalidade da Companhia;" (iv) ratificar os demais termos constantes da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 14/11/22, registrada sob o nº 683.710/22-3 perante a JUCESP em sessão de 05/12/22, que deliberou sobre a destinação de dividendos intermediários da Companhia referentes a conta de lucros acumulados e do lucro para o período compreendido entre 01/01/22 e 31/10/22, com base em balanço levantado em 31/10/22, a qual deveria ter constado com a seguinte redação na referida ata: "nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das S.A., aprovar a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 3.500.000,00, de acordo com balanço levantado pela Companhia em 31/10/22, distribuídos da seguinte forma: (a) R\$ 2.641.293,78 relativos à distribuição da conta de reserva de lucros acumulados do período de 2022; e (b) R\$ 2.658.706,22 relativos a dividendos mínimos obrigatórios, respeitados os limites impostos pelo artigo 198 e pelo artigo 202 da Lei das S.A., bem como a finalidade da Companhia;" (v) ratificar os demais termos constantes da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 14/11/22, registrada sob o nº 683.710/22-3 perante a JUCESP em sessão de 05/12/22, que deliberou sobre a destinação de dividendos intermediários da Companhia referentes a conta de lucros acumulados e do lucro para o período compreendido entre 01/01/22 e 31/10/22, com base em balanço levantado em 31/10/22, a qual deveria ter constado com a seguinte redação na referida ata: "nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das S.A., aprovar a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 3.500.000,00, de acordo com balanço levantado pela Companhia em 31/10/22, distribuídos da seguinte forma: (a) R\$ 2.641.293,78 relativos à distribuição da conta de reserva de lucros acumulados do período de 2022; e (b) R\$ 2.658.706,22 relativos a dividendos mínimos obrigatórios, respeitados os limites impostos pelo artigo 198 e pelo artigo 202 da Lei das S.A., bem como a finalidade da Companhia;" (vi) ratificar os demais termos constantes da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 14/11/22, registrada sob o nº 683.710/22-3 perante a JUCESP em sessão de 05/12/22, que deliberou sobre a destinação de dividendos intermediários da Companhia referentes a conta de lucros acumulados e do lucro para o período compreendido entre 01/01/22 e 31/10/22, com base em balanço levantado em 31/10/22, a qual deveria ter constado com a seguinte redação na referida ata: "nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das S.A., aprovar a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 3.500.000,00, de acordo com balanço levantado pela Companhia em 31/10/22, distribuídos da seguinte forma: (a) R\$ 2.641.293,78 relativos à distribuição da conta de reserva de lucros acumulados do período de 2022; e (b) R\$ 2.658.706,22 relativos a dividendos mínimos obrigatórios, respeitados os limites impostos pelo artigo 198 e pelo artigo 202 da Lei das S.A., bem como a finalidade da Companhia;" (vii) ratificar os demais termos constantes da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 14/11/22, registrada sob o nº 683.710/22-3 perante a JUCESP em sessão de 05/12/22, que deliberou sobre a destinação de dividendos intermediários da Companhia referentes a conta de lucros acumulados e do lucro para o período compreendido entre 01/01/22 e 31/10/22, com base em balanço levantado em 31/10/22, a qual deveria ter constado com a seguinte redação na referida ata: "nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das S.A., aprovar a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 3.500.000,00, de acordo com balanço levantado pela Companhia em 31/10/22, distribuídos da seguinte forma: (a) R\$ 2.641.293,78 relativos à distribuição da conta de reserva de lucros acumulados do período de 2022; e (b) R\$ 2.658.706,22 relativos a dividendos mínimos obrigatórios, respeitados os limites impostos pelo artigo 198 e pelo artigo 202 da Lei das S.A., bem como a finalidade da Companhia;" (viii) ratificar os demais termos constantes da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 14/11/22, registrada sob o nº 683.710/22-3 perante a JUCESP em sessão de 05/12/22, que deliberou sobre a destinação de dividendos intermediários da Companhia referentes a conta de lucros acumulados e do lucro para o período compreendido entre 01/01/22 e 31/10/22, com base em balanço levantado em 31/10/22, a qual deveria ter constado com a seguinte redação na referida ata: "nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das S.A., aprovar a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 3.500.000,00, de acordo com balanço levantado pela Companhia em 31/10/22, distribuídos da seguinte forma: (a) R\$ 2.641.293,78 relativos à distribuição da conta de reserva de lucros acumulados do período de 2022; e (b) R\$ 2.658.706,22 relativos a dividendos mínimos obrigatórios, respeitados os limites impostos pelo artigo 198 e pelo artigo 202 da Lei das S.A., bem como a finalidade da Companhia;" (ix) ratificar os demais termos constantes da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 14/11/22, registrada sob o nº 683.710/22-3 perante a JUCESP em sessão de 05/12/22, que deliberou sobre a destinação de dividendos intermediários da Companhia referentes a conta de lucros acumulados e do lucro para o período compreendido entre 01/01/22 e 31/10/22, com base em balanço levantado em 31/10/22, a qual deveria ter constado com a seguinte redação na referida ata: "nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das S.A., aprovar a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 3.500.000,00, de acordo com balanço levantado pela Companhia em 31/10/22, distribuídos da seguinte forma: (a) R\$ 2.641.293,78 relativos à distribuição da conta de reserva de lucros acumulados do período de 2022; e (b) R\$ 2.658.706,22 relativos a dividendos mínimos obrigatórios, respeitados os limites impostos pelo artigo 198 e pelo artigo 202 da Lei das S.A., bem como a finalidade da Companhia;" (x) ratificar os demais termos constantes da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 14/11/22, registrada sob o nº 683.710/22-3 perante a JUCESP em sessão de 05/12/22, que deliberou sobre a destinação de dividendos intermediários da Companhia referentes a conta de lucros acumulados e do lucro para o período compreendido entre 01/01/22 e 31/10/22, com base em balanço levantado em 31/10/22, a qual deveria ter constado com a seguinte redação na referida ata: "nos termos do Estatuto Social da Companhia

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/A35D-3554-2920-A2F9> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: A35D-3554-2920-A2F9



Hash do Documento

03C0E04C9C179F28146D32659FDCC20152A6F15D8DA502F74F043FE3335ACDAF

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/01/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em
30/01/2023 22:17 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

